

COORDENADORIAS DA SDA

GOVERNADOR Cid Ferreira Gomes

VICE – GOVERNADOR Francisco José Pinheiro

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO ADJUNTO Antônio Rodrigues Amorim

SECRETÁRIO EXECUTIVO Wilson Vasconcelos Brandão Júnior

PRESIDENTE DA EMATERCE José Maria Pimenta

SUPERINTENDENTE DO IDACE Francisco de Assis Bessa Xavier

PRESIDENTE DA ADAGRI Francisco Edilson de Castro

PRESIDENTE DA CEASA Antônio Reginaldo Costa Moreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO AGROPOLOS Francisco Ricardo Beltrão Sabadia

Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODAF Emanuel Itamar Lemos Marques

Coordenadoria do Desenvolvimento Agrário - CODEA José Lima Castro Júnior

Coordenadoria do Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural - CODET José Bartolomeu Cavalcante

Coordenadoria de Programas e Projetos especiais - COPPE Josias Farias Neto

Coordenadoria do Desenvolvimento da Pesca - CODEP Maxminiano Pinheiro Dantas Neto

Coordenadoria de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária - COAPE Weaver Braga

Coordenadoria de Planejamento e Gestão – COPLAG José Leite Gonçalves Cruz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	pag. 7
1. INTRODUÇÃO	pag. 9
2. BREVE ANÁLISE DA REALIDADE RURAL	pag. 10
2.1. A Estrutura Fundiária, a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural	
2.2. As Visões do Rural e do Urbano e as Políticas de Desenvolvimento	
2.3. A Importância e a Força da Agricultura Familiar	
3. MARCO CONCEITUAL E METODOLÓGICO	pag. 23
3.1. Principais Aspectos de Articulação entre o PPA e PDRS	
3.2. Fundamentos e Princípios Metodológicos	
3.3. Desenvolvimento e Resultados dos Trabalhos	
4. OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE	pag. 31
5. AS AÇÕES PRIORITÁRIAS NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE	pag. 32
6. A CONTINUIDADE DO PROCESSO:	pag. 41
Macroprocessos Estruturantes da Nova Dinâmica de Desenvolvimento Rural no Ceará	
6.1. Territorialização do Espaço Rural	
6.2. Descentralização do Sistema Estadual de Agricultura	
6.3. Redefinição e Aprimoramento do Marco Legal e Regulatório	
6.4. Construção da Estratégia Operacional para a Transição Agroecológica e o Fortalecimento da Socioeconomia Solidária no Campo	
6.5. Elementos para construção de uma Política de Gestão e Controle Social do PDRS	
7. PRINCIPAIS METAS 2008-2011	pag. 49
8. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	pag. 52

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que apresentamos ao povo cearense, em especial aos agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, comunidades negras, quilombolas, povos indígenas, populações ribeirinhas, pescadores artesanais e atingidos por obras públicas no campo, o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, que traz no seu bojo as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Estado do Ceará.

Resultado de um rico processo de construção coletiva iniciado em abril de 2007, do qual participaram 2.182 representantes de instituições governamentais e não-governamentais, entidades representativas e movimentos sociais, envolvendo 166 municípios cearenses, o Plano teve a sua consolidação e validação no Encontro Estadual realizado no período de 28 à 31 de agosto de 2007, quando 350 delegados e delegadas priorizaram as 40 ações mais importantes para garantir crescimento econômico com equidade e sustentabilidade.

Inspirado pela coragem e determinação com que os povos do campo enfrentam as adversidades, o Plano traduz uma visão renovada do desenvolvimento rural com a ampliação da participação social, a universalização dos direitos fundamentais, o reconhecimento dos direitos de cidadania, a segurança alimentar e nutricional, a conservação da biodiversidade e a promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia, considerando a abordagem territorial e o caráter intersetorial do desenvolvimento.

O instrumento ora apresentado, em permanente processo de construção e reconstrução coletiva, destaca a esperança partilhada, de ser esse o início de um longo e consistente caminho a percorrer, rumo à incorporação nas políticas públicas, de valores e concepções do desenvolvimento humano, da agroecologia, da socioeconomia solidária, da ética, da sustentabilidade ambiental e da convivência criativa com o semi-árido.

Vale registrar e agradecer a participação dos agricultores e agricultoras familiares e suas representações, dos movimentos sociais e das instituições governamentais federais, estaduais e municipais, pelo esforço e trabalho desenvolvidos, e, sobretudo, pelo compartilhamento da crença de que garantir aos povos do campo direitos historicamente negados é o caminho que possibilitará o aprofundamento da cidadania e do desenvolvimento com justiça e inclusão social no Ceará.


Cid Ferreira Gomes
Governador


Camilo Sobreira de Santana
Secretário do Desenvolvimento Agrário



FOTO: ARQUIVO LOCAL FOTO.

1. INTRODUÇÃO

Este documento sintetiza o Planejamento Estratégico do Sistema Estadual de Agricultura e a construção do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS – 2008/2011 iniciado em abril de 2007 com o apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG no delineamento do marco conceitual e metodológico norteadores das etapas desse histórico processo de construção coletiva coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário.

O envolvimento e comprometimento dos diversos atores foi o diferencial preponderante em todas as etapas, cuja concepção está referenciada nas diretrizes estratégicas do Plano Plurianual – PPA e do documento denominado “Diretrizes para Plano de Governo” que foi construído também de forma participativa durante a campanha eleitoral.

No segundo capítulo são apresentadas as diretrizes norteadoras de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável pautado no fortalecimento da agricultura familiar, tendo como pressuposto, a implantação de uma reforma agrária ampla e de qualidade, a na integração a processos de desenvolvimento territorial com forte participação dos agricultores e agricultoras, suas representações e movimentos sociais na gestão das políticas públicas.

Concepção, desenvolvimento e resultados do PDRS estão contemplados no terceiro capítulo, com destaque para os principais aspectos da articulação entre o PDRS e o PPA, os fundamentos, pressupostos e construção metodológica.

O quarto capítulo busca refletir o olhar dos participantes, destacando o sentimento presente em todo o processo de ser esse o primeiro passo de um longo caminho a percorrer para que o meio rural cearense alcance uma convivência sustentável com o semi-árido com a melhoria da qualidade de vida dos povos do campo. As ações prioritárias na perspectiva da sociedade e os indicadores de programas resultantes desse fecundo processo dialógico estão explicitadas no capítulo cinco.

O sexto capítulo aponta os Macroprocessos estruturantes da nova dinâmica de Desenvolvimento Rural visando dar continuidade à construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, enquanto o sétimo traz as metas estabelecidas pelo PPA 2008-2011 voltadas para o Desenvolvimento Agrário.

Os anexos apresentam os princípios e conceitos que orientaram a construção do Planejamento Participativo; as ações priorizadas por Macrorregião de Planejamento do Estado; o registro fotográfico; as siglas, bem como a lista dos municípios e o número de participantes por oficinas regionais, além do mapa indicativo dos Territórios Rurais resultante do Encontro Estadual. Tudo isso objetivando aproximar os leitores e leitoras deste documento, dos sentimentos e expectativas de corações e mentes mobilizados em todas as etapas desse rico processo de construção coletiva.

2. BREVE ANÁLISE DA REALIDADE RURAL

O desenvolvimento econômico do Ceará esteve até o final da década de 60 vinculado ao dinamismo do setor primário, alicerçado no complexo gado, algodão e culturas alimentares, articulado com a economia canavieira e o extrativismo da carnaúba e da oiticica.

O sertão era o pólo mais dinâmico da economia e os sistemas de produção das serras, vales úmidos e do litoral tinham menor expressão no contexto econômico da época. A estrutura fundiária bipolar latifúndio/minifúndio, característica do capital agrário, articulado ao capital agro-industrial e comercial configurava-se como determinante da alta concentração da riqueza e da renda.

Neste período o debate sobre a superação do sub-desenvolvimento do Brasil, do Nordeste e do Ceará passava pela industrialização, pela reforma agrária e a ocupação da Amazônia. Com o advento dos governos militares, a opção pela chamada “modernização conservadora da agricultura brasileira” e a não efetivação da reforma agrária provoca uma forte migração campo-cidade. No Ceará, a migração se dirige inicialmente de maneira mais intensa para outras regiões, especialmente o Sul-Sudeste, mas também para o Centro-Oeste e a Amazônia.

Esta política nacional se implanta no Ceará na forma de enclaves, nos perímetros irrigados e nas regiões mais úmidas, através dos PDRI, bem como dos incentivos fiscais. A implantação da cajucultura e dos pólos de produção de hortaliças são expressões econômicas desse período. O complexo econômico agropecuário e agro-industrial do sertão entra em profunda crise, em decorrência da desestruturação das relações sociais de produção e do esgotamento da base técnica da produção algodoeira, da qual a “praga do bicudo” configura-se como um tiro de misericórdia.

Com a redemocratização do país a discussão sobre o modelo de desenvolvimento volta à tona e trás a reforma agrária para a pauta nacional. Entretanto o I Plano Nacional de Reforma Agrária não se efetiva. Somente no Governo Itamar Franco inicia-se a política de constituição dos assentamentos rurais.

Em 1986, tem início no Ceará a era dos Governos das Mudanças, que completou um ciclo de 20 anos. Neste período foram realizadas algumas ações em prol da agricultura familiar e da reforma agrária, mas de modo geral a tônica do projeto mudancista foi a industrialização e o turismo focados espacialmente no litoral e mais especificamente na região metropolitana. A rápida e concentrada urbanização provocando a macrocefalia da cidade de Fortaleza frente aos demais centros urbanos é o resultado mais visível desse processo.

Na segunda metade dos anos 80, a agricultura manteve-se com uma certa importância, mas no período mais recente ficou relegada a uma posição secundária. O efeito dessa orientação política pode ser observado na estrutura setorial do valor adicionado. De modo geral a proporção entre agropecuária, indústria e serviços era de 15:34:51 e passou para a proporção de 6:37:57. Os valores anuais estão apresentados no quadro a seguir:

Estrutura setorial do valor adicionado a preços básicos

Ano	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
1985	100	15,3	34,0	50,7
1986	100	14,6	37,4	48,0
1987	100	17,2	29,1	53,7
1988	100	15,4	34,2	50,4
1989	100	11,9	36,2	51,9
1990	100	12,1	33,8	54,1
1991	100	11,0	34,0	55,1
1992	100	10,5	33,3	56,1
1993	100	7,2	35,3	57,5
1994	100	12,1	35,5	52,4
1995	100	9,7	34,5	55,9
1996	100	9,6	33,9	56,5
1997	100	6,4	38,1	55,6
1998	100	5,6	40,1	54,3
1999	100	5,7	39,3	55,1
2000	100	6,1	38,1	55,9
2001	100	5,2	37,0	57,8
2002	100	6,1	36,8	57,2

Fonte: IBGE e IPECE

Neste período a perda de posição relativa frente ao setor industrial e de serviços é evidente. E mais, neste contexto a prioridade governamental foi direcionada para a agricultura irrigada e para os produtos de exportação. Assim a crise econômica da agricultura de sequeiro, notadamente nas áreas de sertão e em especial aquela desenvolvida pelo grande contingente dos agricultores familiares não foi enfrentada de maneira resoluta.

Desse modo, o setor agropecuário cearense ainda é extremamente dependente do regime anual de chuvas, pois não conseguiu desenvolver um amplo sistema de produção em convivência com o semi-árido, para além do alcance potencial da agricultura irrigada.

A forte variação percentual da taxa de crescimento simples da agropecuária cearense, visualizado no quadro a seguir, é um reflexo dessa dependência. Nos 19 anos relacionados, o Ceará registrou, para o setor

agropecuário taxas positivas em somente 8 (oito) anos, o que proporcionou uma taxa total de 42,4% e uma taxa média anual de apenas 2,2%. O setor industrial apresentou taxas positivas em 16 anos, totalizando 78,3% de crescimento, o que corresponde a uma taxa média de 4,1% ao ano. O setor de serviços se destaca por um crescimento contínuo, sem interrupções, perfazendo uma taxa global de 52,4% e uma taxa média anual de 2,8%. No conjunto da economia o Ceará apresentou crescimento em 17 anos, totalizando nos 19 anos uma taxa de 59,7%, correspondente a uma taxa anual de 3,1%.

Taxas de Crescimento (%) Simples - Ceará - 1986-2004

Ano	Valor adicionado a preços básicos	Agropecuária	Indústria	Serviços
1986	5,9	-8,0	11,2	6,5
1987	3,6	-4,0	6,9	3,3
1988	8,8	29,2	6,8	3,3
1989	-0,3	-9,7	0,9	1,9
1990	1,5	-4,3	2,0	2,4
1991	8,2	29,2	8,0	3,6
1992	2,0	-16,1	9,0	1,4
1993	0,7	-29,2	6,4	3,0
1994	6,3	73,3	-3,5	3,9
1995	1,5	-1,6	0,2	3,1
1996	3,9	4,0	3,1	4,4
1997	3,6	-21,9	10,6	3,8
1998	2,1	-22,6	7,6	1,2
1999	1,7	2,0	1,2	2,0
2000	4,0	5,5	5,1	3,1
2001	-1,1	-13,9	-3,8	2,1
2002	2,7	25,3	1,4	1,6
2003	0,2	10,9	-1,8	0,3
2004	4,4	-5,7	7,0	1,5
Total	59,7	42,4	78,3	52,4
Média	3,1	2,2	4,1	2,8

Fonte: IBGE e IPECE

Este fraco desempenho do Ceará em termos de crescimento econômico, em especial do setor agropecuário, explica, em parte, a dificuldade do estado superar a sua condição de pobreza. Outras dimensões dessa problemática são apresentadas a seguir.

2.1. A Estrutura Fundiária, a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural

A estrutura fundiária de um estado ou país espelha diretamente a sua estrutura social. A divisão e concentração da terra é a expressão física das divisões sociais e da concentração de poder existentes na sociedade. A democratização do acesso à terra foi um tema central no processo de elaboração do PDRS e a abordagem adotada procura fazer uma análise articulada entre a estrutura fundiária, a reforma agrária e o desenvolvimento rural. Neste sentido recorreu-se ao cadastro do Incra sobre a situação jurídica dos imóveis rurais em 31/12/2007 (denominada estrutura fundiária original). Estes dados foram atualizados com as informações sobre os assentamentos federais e estaduais até a mesma data, procedendo-se o recálculo das informações originais da seguinte forma: Os assentamentos federais foram considerados imóveis acima de 15 módulos fiscais e, portanto, foram subtraídos da categoria “grande propriedade”. Os assentamentos estaduais foram considerados imóveis entre 04 e 15 módulos fiscais e, portanto, foram subtraídos da categoria “média propriedade”. Obteve-se assim uma visão atualizada da estrutura fundiária, buscando evidenciar o efeito democratizante da política de criação de assentamentos rurais, iniciada na década de 80, configurando-se o que poderia ser denominado de “desapropriação por interesse social”.

CATEGORIA	ESTRUTURA FUNDIÁRIA 31/12/2007							
	DADOS ORIGINAIS*				DADOS ATUALIZADOS**			
	Nº IMÓVEIS	%	ÁREA REGISTRADA	%	Nº IMÓVEIS	%	ÁREA REGISTRADA	%
MINIFUNDIO	93.837	71,63	1.651.696	20,10	93.837	71,63	1.651.696	20,10
PEQUENA PROPRIEDADE	30.017	22,91	2.932.604	35,70	30.017	22,91	2.932.604	35,70
MÉDIA PROPRIEDADE	6.062	4,63	2.110.575	25,69	5.603	4,28	1.856.228	22,59
GRANDE PROPRIEDADE	1.084	0,83	1.520.784	18,51	730	0,56	714.910	8,70
ASSENTAMENTOS FEDERAIS	-	0,00	-	0,00	354	0,27	805.874	9,81
ASSENTAMENTOS ESTADUAIS	-	0,00	-	0,00	459	0,35	254.347	3,10
TOTAL GERAL	131.000	100,00	8.215.659	100,00	131.000	100,00	8.215.659	100,00

* Fonte INCRA ** Fonte INCRA e CODEA/SDA - Cálculo SDA

A estrutura fundiária recalculada revela que o Ceará já conta com 813 assentamentos, perfazendo somente 0,62 % do total de imóveis cadastrados. Entretanto o conjunto dos assentamentos já ocupam uma área de 1.060.221 ha, representando 12,91 % da área total registrada no Incra. Por outro lado, observa-se a existência de 93.837 minifúndios, perfazendo 71,63 % do total de imóveis existentes. Estes ocupam uma área de 1.651,696 ha, representando entretanto somente 20,10% da área registrada.

Estes dados revelam que a constituição dos assentamentos de reforma agrária já impactou em algum grau a estrutura fundiária do Estado, com a redução da área ocupada pelas grandes propriedades em alguns municípios onde esta política foi mais efetiva. Entretanto, a criação dos assentamentos federais e estaduais ainda não foi suficiente para resolver o problema da concentração da terra, atendendo a demanda da grande população rural ocupante dos inúmeros minifúndios existentes.

O Estatuto da Terra em seu Art 20 declara que as desapropriações a serem realizadas pelo Poder Público, nas áreas prioritárias, recairão, entre outros, sobre os minifúndios e latifúndios, as áreas já beneficiadas ou a serem por obras de vulto e as áreas que apresentem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros. Assim, existe um instrumento legal para o enfrentamento da estrutura fundiária bipolarizada entre minifúndio e grande propriedade que ainda vigora no Ceará. As ações de regularização fundiária, já em curso e de reordenamento agrário, ainda restrita ao reassentamento de atingidos por obras públicas, são instrumentos à disposição do Governo Estadual para uma ação fundiária mais ampla e ousada.

Esta realidade descrita acima permeou toda a elaboração do PDRS e o acesso à terra apresentou-se como um grave problema, tanto para famílias totalmente destituídas de terra, como para aquelas que possuem terra, mas com área insuficiente ou com acesso precário. Assim a democratização do acesso a terra é uma das proposições centrais do PDRS.

Por outro lado, a estrutura fundiária mostra também o potencial da agricultura familiar e dos assentamentos rurais e, portanto, cabe ainda assinalar que uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar é uma das maiores riquezas que um município ou uma região podem ter. Essa idéia, muitas vezes, é apresentada como um anacronismo por um grande número de políticos, técnicos e mesmo lideranças do meio rural que tradicionalmente privilegiaram a propriedade patronal no processo de desenvolvimento do meio rural.

2.2. As Visões do Rural e do Urbano e as Políticas de Desenvolvimento

O questionamento sobre a definição de rural e urbano se faz inicialmente sobre o anacronismo da legislação em vigor no Brasil: o Decreto-Lei 311, de 2 de março de 1938. Este determina uma regra peculiar e única no mundo, que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características (VEIGA, 2000).

Com base nesta lei o IBGE definiu que o grau de urbanização do Brasil atingiu 81,2% em 2000. Entretanto, quando se analisa o porte populacional dos municípios levantados pelo censo deste ano tem-se a seguinte configuração: de um total de 5.507 sedes de municípios, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil.

Para contornar essa regra, muitos estudiosos fazem um recorte simples. Os municípios com menos de 20 mil habitantes são considerados rurais. A partir desta convenção e tomando o censo de 2000 que contabiliza 4.024 municípios abaixo deste porte, a população considerada rural aumenta e o grau de urbanização se reduz de 81,2% para a faixa de 70%. Esta simplificação da regra, entretanto leva a classificar os municípios de menos de 20 mil habitantes com alta densidade demográfica ou pertencentes às regiões metropolitanas como rurais, o que é indevido. Assim fica evidente que é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com duas regras complementares: sua densidade demográfica e sua localização.

Estudos populacionais realizados com esta ótica permitiram definir os seguintes critérios: são considerados municípios de pequeno porte aqueles que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km², e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade seja superior 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. Estes critérios foram adotados para o processo de preparação da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que se realizará em junho e 2008.

A prevalência do senso comum que está havendo uma evasão populacional generalizada para as grandes cidades não permite ver que entre 1991 e 2000, cerca de 1.109 municípios com características rurais tiveram um crescimento populacional de 31,3%, portanto superior aos 20% de crescimento dos municípios urbanos e mais que o dobro da média nacional de 15,5%.

As explicações sobre este fenômeno estão relacionadas com o dinamismo econômico do setor de micro e pequenas empresas do setor de serviços, principalmente no Sul e Sudeste ou com o dinamismo político de prefeituras, particularmente no Nordeste. Não é admissível que se considere mais de 90% do território brasileiro, 80% dos seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da

segunda metade do século 20 (Veiga, 2000) .

Esta visão de que o desenvolvimento ocorreria somente através da via do crescimento urbano-industrial foi particularmente muito forte no Ceará nos últimos 20 anos. Assim, a dinâmica populacional do Ceará é resultado do processo de desarticulação verificado nas atividades agrícolas no Estado, especialmente em virtude da crise da cotonicultura, da carência de políticas públicas adequadas para o campo e ao modelo de desenvolvimento adotado que priorizou o desenvolvimento industrial, o turismo no litoral e a agricultura patronal irrigada e de sequeiro em detrimento da agricultura familiar.

Em decorrência dessa priorização, consolidou-se na sociedade uma cultura preconceituosa expressa nos seguintes elementos:

i) a associação do rural com o atraso, estimulando a migração dos povos do campo para as áreas urbanas; ii) a visão de muitos gestores públicos que, por opção ideológica ou por não perceberem as causas das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, não reconhecem a sua força e importância para o desenvolvimento sustentável direcionando para esse segmento, quando muito, políticas compensatórias; iii) a visão ainda predominante na sociedade de que a agricultura familiar, para ser viável, precisa se integrar no mercado a partir da sua “modernização” com a produção em escala e o uso intensivo de mecanização e de insumos químicos.

Desse modo, a perspectiva política adotada nas últimas décadas não resolveu a questão da pobreza rural, agravou a concentração espacial da riqueza e criou uma problemática urbana nova, extremamente complexa e marcante para a história do Ceará. Embora o PIB total e o PIB per capita sejam indicadores pouco adequados para uma análise mais acurada, eles refletem o grau de dinamização econômica das macrorregiões. No quadro a seguir pode-se observar a distribuição espacial do PIB e sua evolução entre 1990 e 2004, destacando-se a forte concentração na Região Metropolitana de Fortaleza.

Esta tabela demonstra também o deslocamento interregional da renda, com o esvaziamento do Sertão Central, Cariri e do Maciço de Baturité em favor não só da capital, mas também das regiões de Sobral e do litoral Leste, onde foram feitos investimentos de vulto tanto em projetos de agricultura irrigada como de turismo, de acordo com as políticas de desenvolvimento centrada em pólos, adotada pelos governos anteriores. Esse modelo também é altamente concentrador de renda no interior de cada pólo regional.

Regiões	1990		2004		Participação	
	PIB Total	PIB per capita	PIB Total	PIB per capita	% Regiões/CE 1990	% Regiões/CE 2004
Região Metropolitana de Fortaleza	12.203.981	4.073	21.404.752	6.518	62,5	64,4
Litoral Oeste	1.107.443	1.608	1.883.442	2.427	5,7	5,7
Sobral/Ibiapaba	1.350.131	1.830	2.513.191	3.190	6,9	7,6
Sertão dos Inhamuns	528.983	1.328	801.593	1.965	2,7	2,4
Sertão Central	818.236	1.477	1.234.900	2.118	4,2	3,7
Baturité	324.694	1.521	458.158	2.074	1,7	1,4
Litoral Leste/Jaguaribe	1.150.321	1.951	2.088.598	3.328	5,9	6,3
Cariri/Centro Sul	2.027.119	1.683	2.876.038	2.310	10,4	8,6
Ceará	19.510.907	2.643	33.260.672	4.170	100,0	100,0

Fonte: Ipece

Além da concentração espacial da renda destacada no quadro anterior torna-se necessário explicitar como esta renda está distribuída entre os diversos estratos sociais. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD 2003, a renda no Ceará, também é socialmente concentrada, como demonstra o Índice de Gini de 0,66 para o conjunto da população do estado. Embora este estudo não seja específico para a população rural, ele demonstra o grau de concentração existente.

A análise da desigualdade de renda por este estudo considerando 05 (cinco) estratos pode ser observada no quadro a seguir:

Estrato(quintil)	Apropriação da renda por estrato (%)	Apropriação da renda (%)	Classificação
1º.	1,14	1,14	20% mais pobres
2º.	4,59	5,73	40% mais pobres
3º.	8,40	14,13	60% mais pobres
4º.	15,08	29,21	80% mais pobres
5º.	70,79	100	20% mais ricos

O quadro mostra que os 20% mais pobres detinham somente 1,14% da renda, os 40% mais pobres alcançavam 5,73% da renda, os 60% mais pobres se apropriaram de 14,13% e os 80% conseguiram obter 29,21% da renda, ficando, portanto, os 20% mais ricos com 70,79% da renda disponível em 2003.

Deste modo, a dinamização econômica fortemente estimulada pelas políticas de incentivo fiscal concentrada da Região Metropolitana da Fortaleza, combinada com a insuficiente ação de governo nas demais regiões e para a agricultura familiar em particular, promoveu um forte fluxo da população das cidades interioranas para as cidades da Região Metropolitana, especialmente para a capital Fortaleza. Assim, a variação anual entre 1980 e 2000 foi de 3,23% nesta macrorregião, frente a uma média estadual de 1,72%. Todas as demais macrorregiões ficaram abaixo da média. Esses dados confirmam o caráter concentrador do modelo adotado, enquanto a renda cresce na região ela libera mão de obra. O conjunto dessas informações pode ser visualizado no quadro a seguir:

Macrorregião	População (1.000 hab)		% Do Total		Variação Anual 1980/2000
	1980	2000	1980	2000	
Região M. Fortaleza	1.580	2.950	29,9	40,2	3,23
Litoral Oeste	545	720	10,3	9,7	1,40
Sobral/Ibiapaba	574	737	10,9	9,9	1,26
Sertão dos Inhamuns	365	399	6,9	5,4	0,45
Sertão Central	527	564	10,0	7,6	0,34
Baturité	177	210	3,3	2,8	0,86
Litoral Leste/Jaguaribe	518	590	9,8	7,9	0,65
Cariri/Centro Sul	1.003	1.226	19,0	16,5	1,01
Ceará	5.288	7.431	100,0	100,0	1,72

Fontes: IBGE/Censo 2000 e Ipece/Anuário Estatístico do Ceará, 1985-87 e 1997

O critério de ruralidade baseado no contingente populacional de 50 mil habitantes e 80 hab/km² para o recorte dos municípios ensejou um rápido estudo dos municípios cearenses para utilização nas etapas preparatórias da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidária. Nesse estudo os municípios cearenses foram classificados em quatro categorias, a saber:

Categoria	Contingente Populacional (No de hab.)	Densidad Populacional (hab/km ²)	No. de Municípios	%
Município de Pequeno Porte e Baixa Densidade Populacional	< 50 mil	< 80	140	76,1%
Município de Pequeno Porte e Alta Densidade Populacional	< 50 mil	> 80	20	10,9%
Município de Grande Porte e Baixa Densidade Populacional	> 50 mil	< 80	15	8,2%
Município de Grande Porte e Alta Densidade Populacional	> 50 mil	> 80	9	4,9%

A grande maioria dos municípios cearenses (76,1%) são de pequeno porte e baixa densidade populacional, situando-se basicamente nas áreas de sertão. Os municípios de pequeno porte e alta densidade populacional são característicos das serras e litoral. O sertão também já conta com quinze cidades pólos, acima de 50 mil habitantes, mas de baixa densidade populacional. Estão localizados na Região Metropolitana de Fortaleza e no Cariri os nove municípios de grande porte e alta densidade.

Ainda tomando o censo 2000, procurou-se calcular a ruralidade da seguinte forma. Para os municípios de pequeno porte e baixa densidade populacional, tomou-se a população total como critério de ruralidade. Para as demais categorias a ruralidade foi dimensionada somente pela população rural indicada pelo censo. O resultado está expresso no quadro a seguir:

Indicador	No.	%
População Total	7.430.561	100,0 %
População Urbana	5.315.318	71,5 %
População Rural	2.115.343	28,5 %
Urbanidade	4.043.456	54,4 %
Ruralidade	3.387.105	45,6 %

Este simples procedimento, orientado por concepções mais amplas do espaço rural, diferenciada da visão urbano-industrial hegemônica, mostra que o índice de 71,5 % de urbanização alcançada pelo Ceará pode ser relativizado, reduzindo-se para 54,4 %. Por outro lado, a reduzida proporção da população rural indicada pelo IBGE, de somente 28,5 % passa a ser considerada de 45,6%, reabrindo a discussão sobre a demanda de políticas públicas para este segmento da população cearense, beneficiário do PDRS.

Dois caminhos estão indicados para o enfrentamento da problemática rural cearense. O primeiro, no qual se assenta a Agricultura Patronal, reserva para a agricultura um lugar de subordinação nas estratégias de desenvolvimento, cujo papel principal estaria na liberação de mão-de-obra para o crescimento das cidades e indústrias, na disponibilização de alimentos a custos baixos para garantir a reprodução das populações urbanas e na estabilidade macroeconômica através da geração de divisas pela exportação de produtos primários.

O segundo, no qual se referencia a Agricultura Familiar, busca consolidar uma visão mais aprofundada do desenvolvimento rural que reconhece, valoriza e acolhe a diversidade de padrões de uso e apropriação dos recursos naturais existentes em cada bioma, a riqueza expressa nas manifestações culturais, as estratégias de reprodução econômica e social adotadas pelas populações rurais que apontam para o desenvolvimento regional com equidade e inclusão social.

Vale ressaltar que embora submetida historicamente a uma situação de carência de políticas públicas gradativamente superadas a partir do Governo Lula, em resposta à firme atuação dos movimentos sociais, a agricultura familiar tem respondido com pujança econômica e riqueza social e cultural demonstrado a sua importância para o desenvolvimento rural sustentável.

Porém, para fortalecer a agricultura familiar são necessárias políticas públicas correspondentes que possibilitem a inserção autônoma dos agricultores e agricultoras familiares nos espaços econômicos dos quais estiveram historicamente excluídos.

Políticas que ofereçam condições objetivas para que as populações rurais assumam um lugar central, produzam uma ocupação do território mais equilibrada e garantam segurança e soberania alimentar, a partir de uma nova estratégia de desenvolvimento rural que aponte para a possibilidade de enfrentamento da crise urbana das regiões metropolitanas, da crise ambiental e das desigualdades sociais e regionais, cujas dimensões alcançadas põem em risco a vida desta, das futuras gerações e do próprio planeta terra.

2.3. A Importância e a Força da Agricultura Familiar

Ver o mundo rural a partir da ótica da agricultura familiar, procurando demonstrar a sua importância social e avaliar a sua força econômica, é preocupação de diversos estudiosos da questão agrária brasileira. Nos anos 90, estes estudos foram se direcionando para uma configuração bipolar da agricultura brasileira, expressa em dois modelos organizativos: o modelo familiar e o modelo patronal, com características diferenciadas conforme quadro a seguir.

MODELO FAMILIAR

Trabalho e gestão intimamente relacionados;
Direção do processo produtivo assegurada pelos proprietários;
Ênfase na diversificação;
Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida;
Trabalho assalariado como complementação.

MODELO PATRONAL

Completa separação entre gestão e trabalho;
Organização centralizada;
Ênfase na especialização;
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis;
Predominância do trabalho assalariado.

A partir desta visão, o NEAD/MDA solicitou à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) um estudo inédito no sentido de revelar o tamanho da agricultura familiar no PIB brasileiro no ano de 2003. Analisando o conjunto das cadeias produtivas da agricultura familiar, envolvendo insumos para a agricultura e pecuária, a própria atividade agropecuária, indústrias de base agrícola e a distribuição final, chegou-se a conclusão que a agricultura familiar foi em 2003, responsável por 10% do PIB nacional. Portanto, a agricultura familiar, vista no seu conjunto, está entre as maiores economias do país. Além disso, o estudo concluiu que entre os anos 2002 e 2003, a agricultura familiar cresceu 9,4%, a agricultura patronal 5,1% e o PIB total do país 0,5%, demonstrando também um forte dinamismo em termos de crescimento econômico.

A importância da agricultura familiar também está relacionada com a nova visão do rural que considera este espaço para além das tradicionais funções produtivas, abrangendo também as funções de preservação do meio ambiente, da cultura, de espaço de moradia, de lazer, de localização de unidades fabris ou de serviços gerando empregos agrícolas e não-agrícolas. Esta visão multifuncional do espaço rural leva em consideração as variáveis socioeconômicas, institucionais e ambientais, numa visão sistêmica do território como um todo, reservando para a agricultura familiar as seguintes funções:

- Econômica: função de produzir bens e serviços;
- Ecológica: função de gestão do meio ambiente;
- Social: função de ator do mundo rural.

A demonstração da importância social e da força econômica da agricultura familiar não pode, entretanto, encobrir os problemas, dificuldades e entraves vivenciados por este segmento da sociedade brasileira.



FOTO: ARQUIVO LOCAL FOTO.

3. MARCO CONCEITUAL E METODOLÓGICO

A criação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário materializou a emergência e ascensão de novas forças sociais e políticas no contexto estadual e o rompimento com a política de agricultura familiar até então implementada, exigindo, não só esforço interno para adequação dos processos e da visão das equipes da Secretaria, como uma estreita parceria com as organizações e segmentos sociais que representam essas forças.

Com esse propósito a SDA iniciou um processo de construção de três momentos combinados e convergentes objetivando garantir o desempenho historicamente esperado, especialmente pelos povos do campo: a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável com a legitimidade que só a participação popular na sua construção e implementação pode conferir; a compatibilização entre o PDRS e o Plano Plurianual - PPA, também elaborado de forma participativa; o Plano Estratégico da SDA e vinculadas até 2020 e o Plano Operacional das ações implementadas pelo Sistema até dezembro de 2007.

3.1. Principais Aspectos de Articulação entre o PPA e PDRS

As Diretrizes apresentadas à sociedade cearense em 2006 pelo então candidato a governador, Cid Ferreira Gomes, orientaram a construção coletiva do Plano Plurianual 2008-2011 e do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, ressaltando o compromisso do atual Governo, de promover uma gestão pública ética, transparente, competente e participativa, na perspectiva de construção das bases que levarão o Estado do Ceará ao desenvolvimento com equidade e inclusão social.

Compromisso que reflete a compreensão do Governador Cid Ferreira Gomes, “...de que governo nenhum, em nenhum lugar do mundo, fará mais e melhor sozinho. Só poderá fazer se for junto com o povo, com a participação popular, e, mais que vontade, com coragem política para enfrentar resistências conservadoras e reacionárias. Afinal, terão de ser invertidas as atuais prioridades, para que se possa distribuir equitativamente a riqueza entre as pessoas e regiões.”

Nesse contexto a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, com a participação de todos os segmentos que se relacionam diretamente ou indiretamente com a agricultura familiar, desencadeou em abril de 2007 um amplo processo dialógico na perspectiva de construção coletiva de um plano de desenvolvimento pautado pelos princípios da agroecologia e da socioeconomia solidária, considerando a abordagem territorial como estratégia para o alcance do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

O início dessa construção se deu com o redesenho das estratégias do Sistema Estadual de Agricultura, estabelecido de forma conjunta pelos seus dirigentes, gestores e parceiros, a partir da redefinição da Missão da SDA e vinculadas, considerando 2020 como o horizonte temporal almejado.

A marca principal do Plano reside no firme propósito de construir um “novo jeito de fazer mais e melhor” para superar as desigualdades entre pessoas e regiões, com a participação efetiva dos beneficiários e beneficiárias diretos na gestão e controle social das políticas públicas.

Nesse sentido, com a participação de todos os segmentos, especialmente dos movimentos sociais e representações dos povos do campo, levantou-se em oficinas regionais, e posteriormente no Encontro Estadual, um conjunto de Ações Prioritárias, que quando implementadas possibilitarão a consecução dos objetivos estratégicos e estratégias que traduzem os caminhos a serem trilhados pelo Sistema Estadual de Agricultura para atingir sua Visão de Futuro.

3.2. Fundamentos e Princípios Metodológicos

A metodologia construída para dar conta dessa tarefa conjugou o conjunto formado pela concepção e o processo, não se referindo apenas às técnicas e dinâmicas, mas compreendendo que é a visão-política de mundo dos diversos atores institucionais e sociais envolvidos no processo que articula e define o sentido da intervenção em um contexto específico. Nesse sentido, os compromissos e diretrizes estratégicas do novo governo balizaram toda a construção metodológica do processo.

A descentralização embutida na metodologia garantiu o exercício dos direitos de cidadania dos participantes, constituindo-se em importante passo para a democratização do Estado e do planejamento.

A metodologia apoiou-se no enfoque participativo como uma importante ferramenta de planejamento conquistado pela sociedade e nos princípios da Educação Popular, entre os quais destacamos:

- O planejamento participativo é um instrumento político porque objetiva mudar as relações de injustiça social e reduzir as desigualdades sociais entre as pessoas e as regiões;
- É um processo que não se inicia nem se encerra com uma atividade específica;
- Parte da experiência de vida das pessoas envolvidas, considerando que todas têm uma história pessoal e coletiva e um conhecimento acumulado sobre a sua realidade que precisa ser reconhecido e valorizado;
- Deve ser concebido como oportunidade de acesso ao conhecimento acumulado e sistematizado nos diversos campos temáticos;
- É um processo de troca de diferentes saberes e experiências;

Tendo como referência estes fundamentos e princípios metodológicos os trabalhos foram desenvolvidos por uma equipe de mediadores constituída por servidores e servidoras do próprio Sistema Estadual de Agricultura com o apoio de consultoria metodológica especializada.

Optou-se pelo formato de oficina por possibilitar a participação e reflexão de todos de forma horizontal e democrática, requisitos fundamentais para os participantes, ao refletirem sobre a realidade, perceberem a necessidade de mudança na perspectiva da redução das desigualdades.

Resultaram desse trabalho as ações prioritárias integrantes do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, instrumento que aponta as estratégias para o alcance da situação desejada definida e reafirmada pelos participantes em todo o processo de construção participativa.

Nas várias etapas desenvolvidas de forma articulada, a metodologia foi sendo aperfeiçoada, sempre na perspectiva de construção coletiva com enfoque participativo e democrático, norteadas pelas seguintes diretrizes:

- Assegurar ampla participação dos diferentes segmentos representativos da sociedade no processo de construção do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- Garantir a participação na discussão do Plano, dos agricultores e agricultoras familiares, dos assentados e assentadas da reforma agrária e demais povos do campo.
- Estreitar o relacionamento entre os diversos setores institucionais e a sociedade civil.
- Compatibilizar as ações propostas no PDRS com o PPA;
- Combinar processos de planejamento ascendente com intersetorialidade e integração vertical.
- Considerar na metodologia de implementação do Plano a gestão e o controle social de políticas públicas.

3.3. Desenvolvimento e Resultados dos Trabalhos

No desenvolvimento dos trabalhos, em todas as suas etapas, iniciou-se pelo resgate dos compromissos firmados na campanha eleitoral, a saber: Sociedade Justa e Solidária; Economia para uma Vida Melhor; Gestão Ética, Transparente, Eficiente e Participativa.

Foram consideradas as duas diretrizes governamentais voltadas para o desenvolvimento rural, a saber: *“construir um processo de desenvolvimento agrário que aponte para uma sociedade rural composta majoritariamente de unidades de vida e de trabalho, de caráter familiar, multifamiliar, comunitário e coletivo, livremente associadas no processo de produção, beneficiamento, comercialização e consumo, tendo por base os princípios da agroecologia, a convivência criativa com o semi-árido e a socioeconomia solidária”*.

A segunda diretriz consiste em “promover o setor agropecuário pelo aumento de produção e produtividade baseado na redução a vulnerabilidade às secas e na introdução de inovações tecnológicas, direcionar as ações de pesca e aqüicultura para assegurar inclusão social e segurança alimentar, visando melhoria da qualidade de vida das populações rurais, pela geração de emprego e renda, com responsabilidade social e sustentabilidade ambiental”.

O amplo processo dialógico de construção coletiva do Plano, a partir dessas diretrizes governamentais foi realizado em várias etapas com a participação de 2.182 pessoas, representantes de 166 municípios do Estado, envolvendo instituições públicas parceiras em nível federal, estadual e municipal, organizações não governamentais, entidades de classe e dos movimentos sociais, e principalmente, os beneficiários e beneficiários diretos das políticas implementadas pelo Sistema Estadual de Agricultura – SEA.

Os trabalhos foram desenvolvidos em várias etapas com ajustes para compatibilizar aspectos das realidades regionais, sem comprometer os princípios e diretrizes metodológicas anteriormente estabelecidos:

Primeira Etapa – Construção Metodológica.

A metodologia foi construída de forma participativa e gradual, inicialmente por uma equipe básica de coordenação e, posteriormente, com o envolvimento de outros servidores e servidoras do Sistema Estadual de Agricultura e da SEPLAG, em processo contínuo de aperfeiçoamento e validação com a incorporação das contribuições dos parceiros e beneficiários ao longo e todas as etapas.

Segunda Etapa – Harmonização Conceitual, Sensibilização e Mobilização.

A harmonização conceitual, sensibilização e mobilização para os trabalhos iniciada em reunião com os servidores do Sistema em abril/ 2007 permearam todo o processo buscando o envolvimento dos servidores e servidoras do Sistema, Instituições parceiras e principalmente os beneficiários das políticas públicas.

Terceira Etapa – Definições Estratégicas

A partir das novas diretrizes governamentais e considerando o ambiente interno e externo em que o Sistema Estadual de Agricultura está inserido, os valores e princípios estabelecidos da ética, liberdade e democracia; transparência; inclusão social com cidadania; crença, motivação, compromisso e amor; responsabilidade social com participação ampla e contínua, diálogo, solidariedade, respeito e reconhecimento; respeito aos direitos de gênero, raça, geração e etnia; agroecologia, socioeconomia solidária e sustentabilidade e identidade institucional, o conjunto de dirigentes do Sistema Estadual de Agricultura redefiniu a Missão, Visão de Futuro, Valores, Objetivos Estratégicos, Estratégias, Resultados Esperados da SDA.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida até 2020, como instituição responsável pelo alcance do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Tendo em vista as mudanças ocorridas no Sistema, houve necessidade de visualizar as estratégias a serem adotadas até o final de 2007, na perspectiva de uma transição dos programas/ projetos em andamento para mais próximo das novas diretrizes e princípios norteadores das ações do Sistema.

Todas as vinculadas passaram também pelo mesmo processo de redefinição das suas respectivas identidades organizacionais, considerando o Planejamento Estratégico da SDA como referência. Em conjunto com os parceiros, houve um refinamento dos objetivos e estratégias e a validação da proposta metodológica para a continuidade do processo nas oficinas regionais.

Quarta Etapa – Construção Participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS.

Essa etapa desenvolveu-se no período de 09 de maio a 01 de junho de 2007 em dez oficinas regionais, objetivando consolidar uma visão comum sobre as dificuldades e soluções para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária no Estado do Ceará e estabelecer indicativos prioritários para a construção do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável 2008/2011 e do PPA Participativo.

Quinta Etapa – Compatibilização com o PPA

Todas as oficinas do PDRS foram programadas para acontecer antes das oficinas do PPA, para possibilitar aos delegados junto ao PPA, uma maior reflexão e aprofundamento das propostas relativas ao desenvolvimento rural. Por outro lado, a metodologia do PPA também possibilitou a interação e compatibilização entre os dois processos de construção coletiva.

Sexta Etapa – Priorização e Validação do PDRS

Ao final de agosto de 2007 realizou-se o I Encontro Estadual de construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável no Centro Espiritual Uirapuru – CEU, em Fortaleza/CE com a presença de 350 delegados escolhidas democraticamente nas oficinas regionais respeitando-se o critério da paridade entre o poder público e a sociedade civil organizada.

No evento os participantes se distribuíram em dois ambientes articulados: o primeiro constituído pelas plenárias e grupos de trabalho para priorização e validação das ações do Plano e o segundo espaço constituído pelo Fórum Estadual de Secretários e Secretárias Municipais de Agricultura objetivando o estabelecimento das articulações necessárias para a implementação do PDRS 2008-2011, junto às municipalidades, órgãos públicos federais e estaduais, entidades de representação e movimentos sociais.

No ambiente de priorização e validação do Plano foram inicialmente escolhidas vinte ações por macrorregião, dentre as quase mil propostas produzidas durante as oficinas regionais, resultando em 160 ações priorizadas por Macrorregião de Planejamento do Estado. (Anexo III)

Em seguida foram priorizadas por áreas estratégicas estabelecidas anteriormente, as quarenta ações consideradas mais importantes para gerar no Estado do Ceará, desenvolvimento com inclusão social.

O segundo ambiente reuniu em torno de 100 secretários e secretárias municipais de agricultura para discutir a proposta apresentada pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA de descentralizar o Sistema Estadual de Agricultura para o fortalecimento da agricultura familiar. Pautados pelas diretrizes norteadoras do PDRS e pelos princípios da descentralização propugnados na Lei da Agricultura Familiar de nº 11.326 de 24/07/06, os secretários municipais de agricultura iniciaram as reflexões sobre o tema que se constituiu como um dos Macroprocessos para aprofundamento posterior.

Os participantes encerraram o Encontro apontando, além das ações prioritárias, cinco Macroprocessos estruturantes da nova dinâmica do Desenvolvimento Rural no Ceará, com a compreensão de ser este um caminho contínuo e permanente de construção e reconstrução coletiva.

Sétima Etapa – Gestão e Controle Social do PDRS

Esta etapa prevista na proposta metodológica constitui-se também em um dos Macroprocessos a ser aprofundado na perspectiva de estabelecer os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação do PDRS, a partir dos elementos apontados pelos participantes durante o Encontro Estadual.

O esquema geral a seguir, mostra o processo de construção da metodologia, incluindo as inter-relações e integração entre as diferentes etapas executadas:

Esquema Geral





FOTO: ARQUIVO LOCAL FOTO.

4. OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

A reflexão crítica sobre a realidade na qual os participantes das oficinas territoriais estão inseridos foi feita a partir da seguinte pergunta orientadora: “Que questões dificultam, em sua região, a implantação de um Plano que garanta Qualidade de vida, Sociedade justa e solidária e Desenvolvimento rural sustentável?”.

Mesmo com a diversidade de valores e visões de mundo, predominou em todo o processo de construção coletiva, o desejo de identificar as possibilidades de compartilhamento de objetivos e interesses comuns, na perspectiva de construir as bases para o desenvolvimento rural com equidade e inclusão social.

Em todo o processo foi valorizada a participação, o espaço de troca de saberes e conhecimentos, garantindo aos atores institucionais e sociais a oportunidade de se posicionarem enquanto sujeitos dos seus próprios destinos. Oportunidade de renovarem as esperanças na possibilidade de construção coletiva de um novo espaço rural cearense, pautado pelos princípios da solidariedade e da justiça social.

A seguir estão relacionados os pontos de vista predominantes em todo o processo de construção coletiva referentes aos desafios a serem superados para o alcance dos objetivos e metas do PDRS:

- Deficiência e insuficiência da Assistência Técnica (ATER).
- Dificuldade de acesso ao crédito para apoiar as atividades agropecuárias.
- Problemas de acesso a terra e dificuldades da regularização fundiária.
- Dificuldade de comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas da agricultura familiar.
- Deficiências nas políticas direcionadas ao fortalecimento da agropecuária e agricultura familiar.
- Infra-estrutura de transformação agroindustrial deficiente e cadeias produtivas desarticuladas.
- Baixo nível de aproveitamento dos mananciais hídricos para atividades produtivas.
- Educação descontextualizada e desconhecimento das leis ambientais, uso inadequado de agrotóxicos, devastação ambiental e burocracia institucional.
- Falta de uma política de convivência com o semi-árido e transição agroecológica.
- Infra-estrutura básica precária e insuficiente.
- Desarticulação entre as organizações sociais e governamentais, provocando paralelismo de ações, concentração de poder e desperdício de recursos.

Os participantes se envolveram passo a passo na construção do Plano, cujo trabalho foi embasado nas vertentes do aprendizado coletivo, da tomada de decisão consciente e da convivência social.

Em todas as oficinas regionais e no Encontro Estadual de consolidação e validação do PDRS, os participantes avaliaram como positiva a experiência coordenada pela SDA, destacando que pelo seu caráter inovador, representa um marco na história de planejamento do Estado e ressaltaram a importância e a necessidade de criação de instrumentos e espaços de gestão e controle social, na perspectiva de garantir o direito de participação efetiva dos agricultores e agricultoras familiares, na definição, implementação e aperfeiçoamento das políticas públicas.

5. AS AÇÕES PRIORITÁRIAS NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

A priorização foi realizada em etapas sucessivas de análise e seleção, primeiramente de forma individual com apresentação e debates nos grupos de trabalho com posterior validação em plenária, conforme Esquema Estratégico a seguir:

Apoio à Produção, Beneficiamento e Comercialização

1. Fortalecer e incentivar técnicas de convivência com o semi-árido;
2. Capacitar continuamente com foco na agroecologia e na socioeconomia solidária;
3. Criar o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar;
4. Implementar um Programa Estadual de Combate a Desertificação;
5. Apoiar a organização dos agricultores familiares com foco nas cooperativas visando acesso ao crédito e comercialização;
6. Criar Selo de Certificação Participativa;
7. Desenvolver políticas de apoio a feiras da agricultura familiar
8. Incentivar a diversificação de cultivos e a pluriatividade da agricultura familiar;
9. Fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural;
10. Criar, reativar, fortalecer e apoiar as Escolas Agrícolas do Estado do Ceará.

Democratização do Acesso à Terra

1. Democratizar, titular e regularizar terras dos povos especiais
2. Conceder terras de bacias hidrográficas
3. Melhorar infra-estrutura básicas de assentamentos e comunidades
4. Política de geração de renda voltadas para jovens e mulheres
5. Desenvolver banco de informações
6. Fortalecer Idace e Incra
7. Regularizar terras dos agricultores familiares
8. Reformular os critérios para acelerar o acesso a terra
9. Atualizar o Plano Regional de Reforma Agrária
10. Democratizar o acesso a água de domínio público

Direitos e Inclusão Social

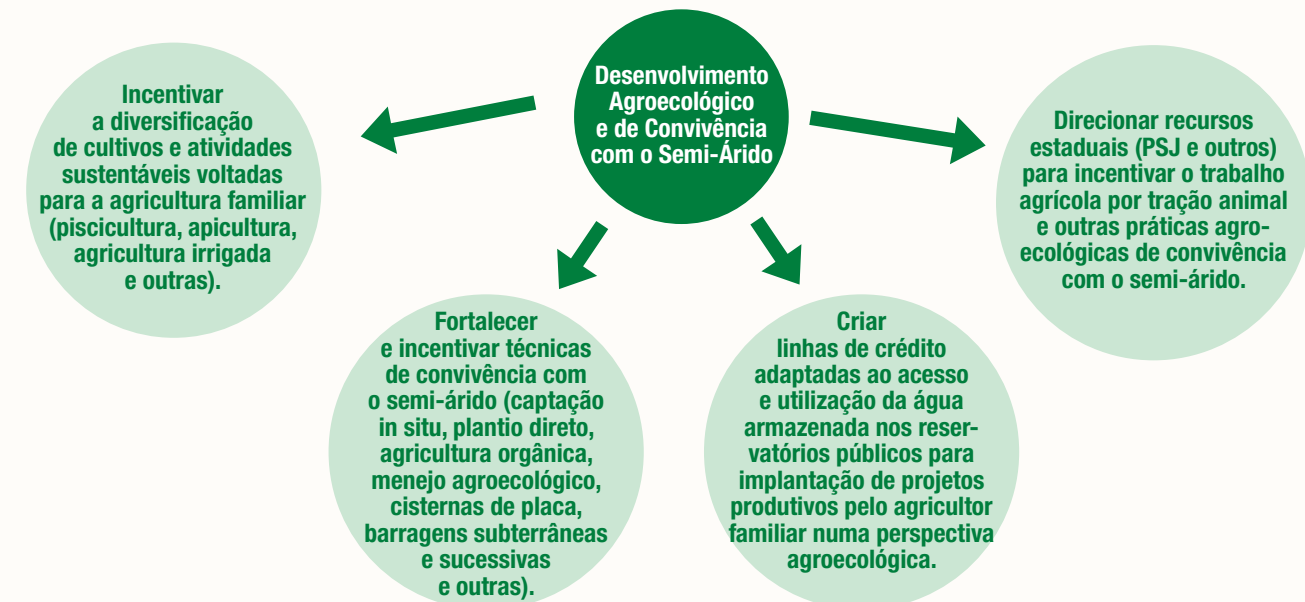
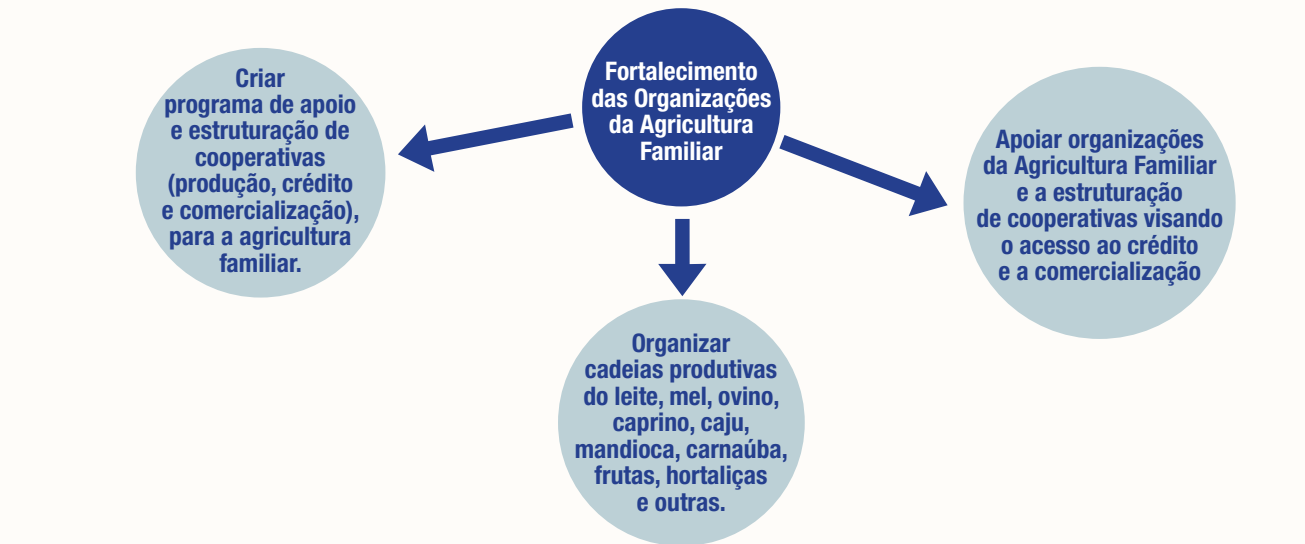
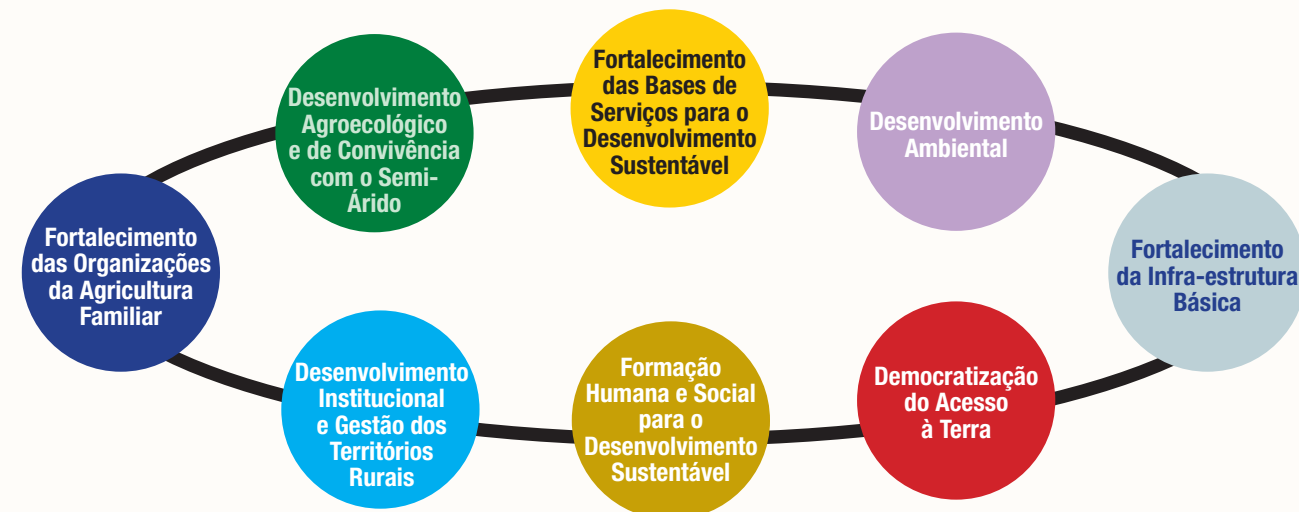
1. Promover políticas diferenciadas de preço das tarifas de energia elétrica para a agricultura familiar;
2. Construir reservatórios distribuídos espacialmente fortalecendo o P1MC e o P1+2;
3. Capacitar jovens para a inclusão no processo produtivo através do PRONAF Jovem e Primeira Terra;
4. Acompanhar e avaliar sistematicamente a implementação do PDRS;
5. Estruturar regionalmente a EMATERCE e propor a estruturação do INCRA e DNOCS;
6. Capacitar agricultores em técnicas de produção, beneficiamento e comercialização;
7. Organizar cadeias produtivas do leite, mel, ovino, caprino, caju, mandioca, carnaúba, frutas, hortaliças e outras;
8. Acelerar e qualificar a reforma agrária;
9. Capacitar lideranças comunitárias em gestão, empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e gestão ambiental;
10. Criar linhas de crédito dirigidas para projetos produtivos em reservatórios públicos, numa perspectiva agroecológica.

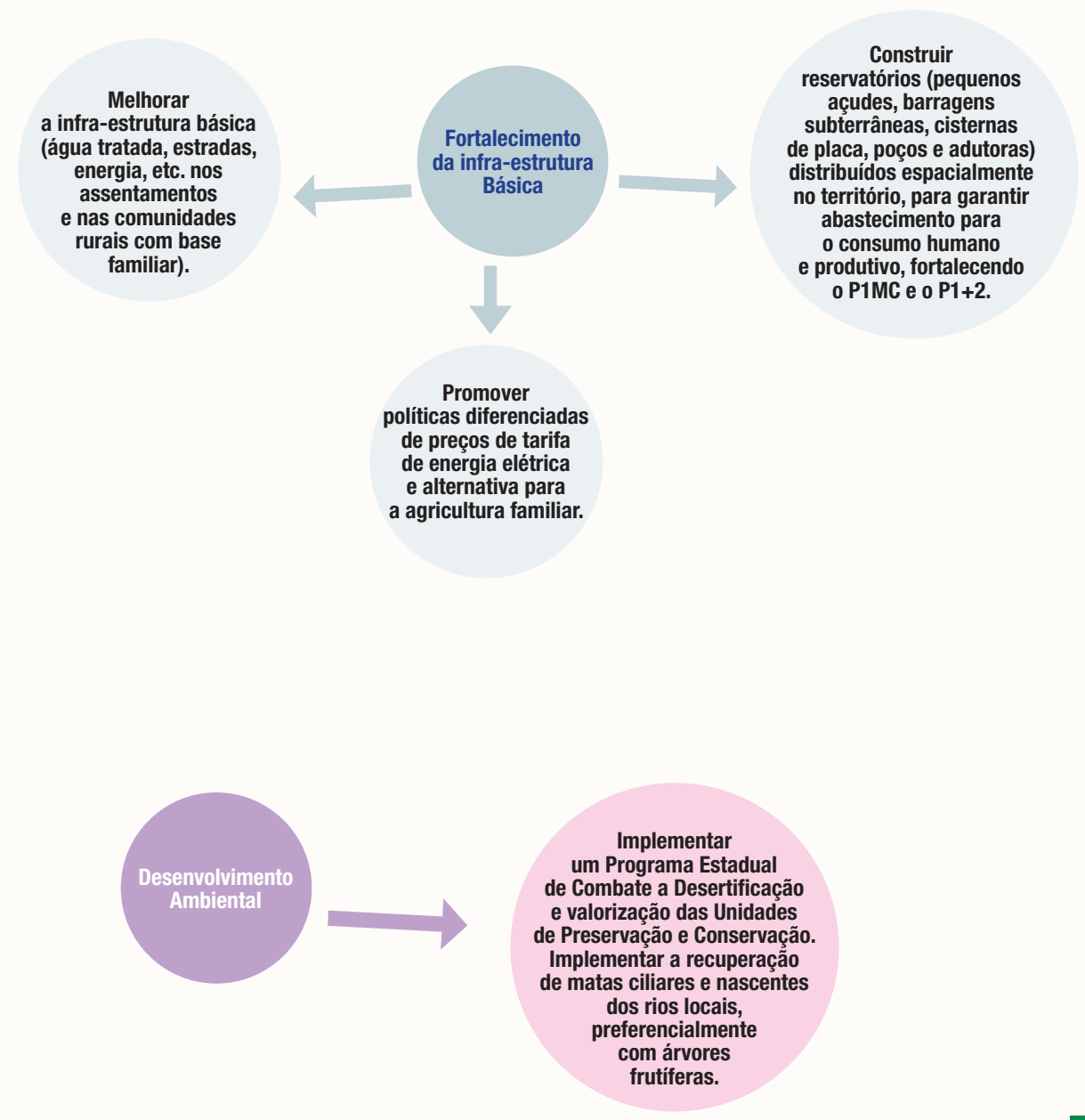
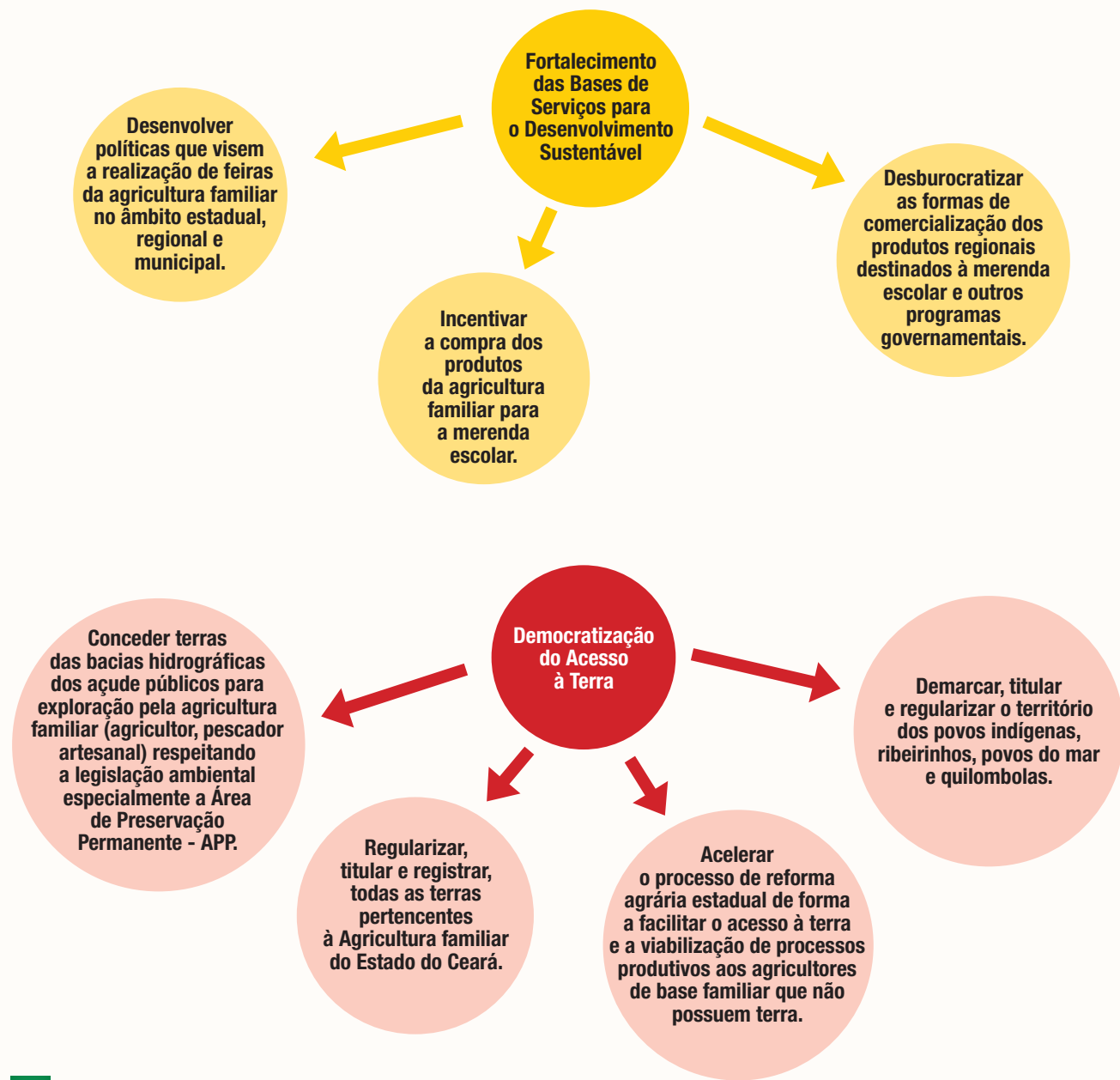
Gestão para a Inclusão Social

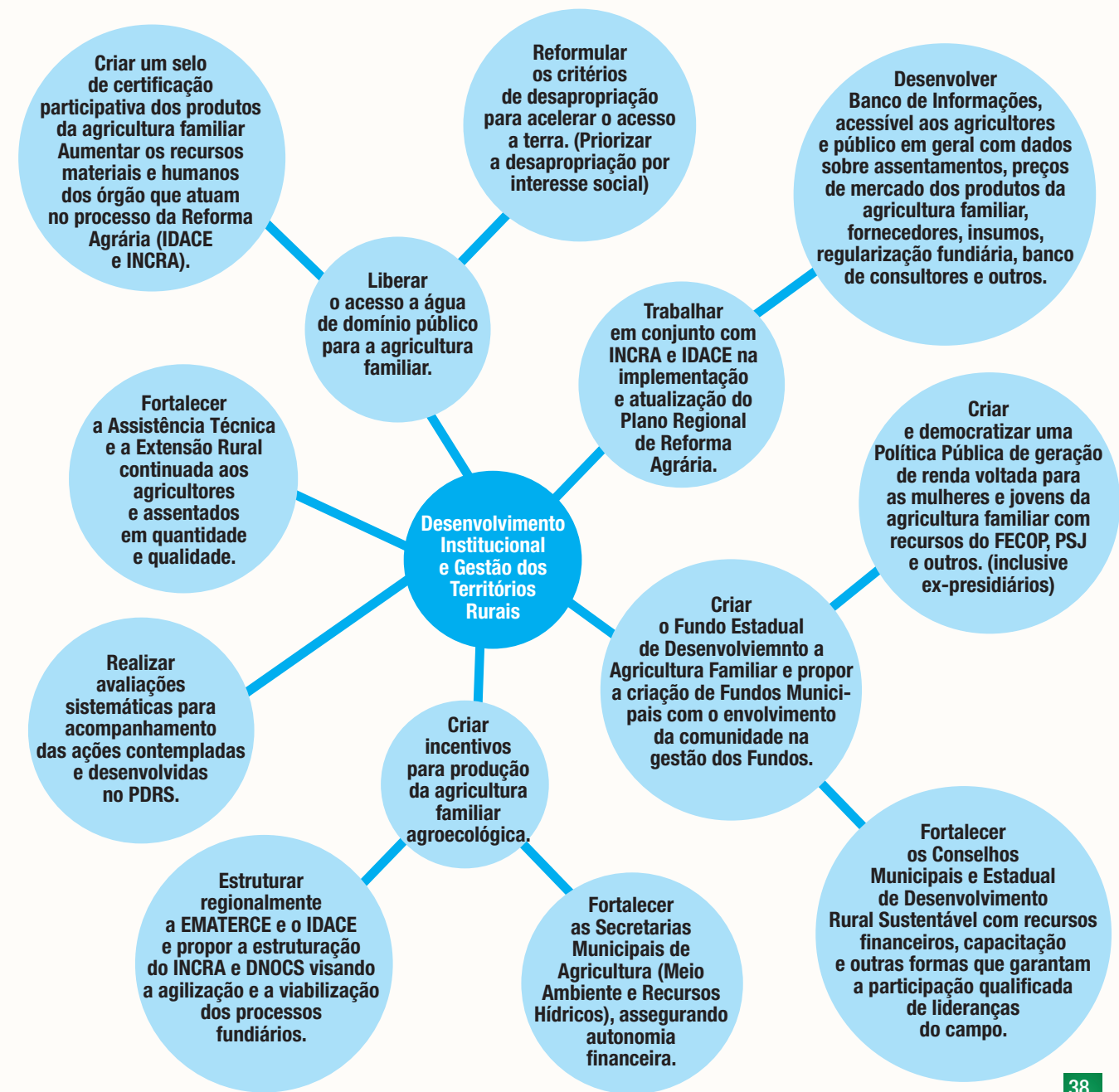
1. Desburocratizar os programas de compras governamentais;
2. Incentivar a compra dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar;
3. Fortalecer as Secretarias Municipais de Agricultura;
4. Criar Escolas Agrotécnicas Regionais; reativar e implantar Escolas Agrícolas;
5. Criar Programa de apoio e estruturação de cooperativas;
6. Criar incentivos para a produção agroecológica da agricultura familiar;
7. Capacitar mulheres, jovens, quilombolas, indígenas para agregação de valor;
8. Direcionar recursos estaduais para incentivar práticas agroecológicas de convivência com o semi-árido (tração animal);
9. Fortalecer os Conselhos Municipais e Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável;
10. Implementar Programa de Capacitação voltado para as realidades regionais;

5.1. Indicativos de Programas para Organização e Operacionalização das Ações Prioritárias

As 40 ações prioritizadas pela sociedade foram agrupadas, de forma indicativa, em oito áreas programáticas. Alguns já se constituem enquanto programas desenvolvidos pela SDA ou por outras Secretarias do Estado, enquanto outros indicativos serão analisados com vistas à criação de programas nas etapas de avaliação e re-orientação do PPA e do PDRS.









6. A CONTINUIDADE DO PROCESSO: macroprocessos Estruturantes da Nova Dinâmica de Desenvolvimento Rural no Ceará

O processo de planejamento participativo adotado na elaboração do PDRS, possibilitou o delineamento de um conjunto de diretrizes e ações capazes de promover um grande salto, fortalecendo uma emergente, mas ainda incipiente dinâmica de desenvolvimento rural sustentável, centrada na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar cearense, em bases agroecológica e solidária.

Esta dinâmica é resultado de uma crescente organização social, econômica e política dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, apoiada por diversos setores urbanos aliados e está assentada em cinco macroprocessos: 1 - Territorialização do Espaço Rural; 2 - Descentralização do Sistema Estadual de Agricultura; 3 – Redefinição e Aprimoramento do Marco Legal e Regulatório; 4 - Construção da Estratégia Operacional para a Transição Agroecológica e o Fortalecimento da Socioeconomia Solidária no Campo; e, 5 – Elementos para a construção de uma Política de Gestão e Controle Social do PDRS.

Historicamente concebidos no âmbito da sociedade civil, esses macroprocessos foram sendo incorporados parcialmente pelo Estado brasileiro. No plano federal, na forma de novas institucionalidades, como por exemplo, a criação do MDA, assim como algumas políticas públicas de governo, como o Pronaf Infra-estrutura.

Esse movimento teve forte expansão com o advento do primeiro Governo Lula, alicerçado em inúmeras parcerias estabelecidas entre o governo federal e a sociedade civil. No Ceará, no mesmo período, não ocorreu a interação verificada em nível federal devido a orientação política vigente no governo estadual, em especial, no âmbito da então Secretaria de Agricultura e Pecuária – Seagri.

Entretanto, mesmo neste contexto adverso, estes macroprocessos avançaram em decorrência de pressões e iniciativas da sociedade civil, apoiadas pelo governo federal. Com a instalação do Governo Cid Ferreira Gomes, representando a emergência e a ascensão de novas forças sociais e políticas no contexto estadual, a ação de Governo, materializada com a criação da SDA em substituição à Seagri, se traduz no fortalecimento e aprimoramento desses cinco Macroprocessos.

6.1. Territorialização do Espaço Rural

A instituição da Política Nacional de Territórios Rurais, coordenada pelo MDA através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial representa a efetivação das concepções de rural e de território que embasam a luta protagonista dos povos do campo, na sua busca de reconhecimento e valorização frente à hegemonia cultural da sociedade urbano-industrial sobre o conjunto da nação.

No Ceará, com apoio direto da SDT/MDA, foram instituídos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), 05 (cinco) territórios rurais: Sertão Central, Sertões dos Inhamuns/Crateús, Vale do Curu/Aracatiçu, Sertões de Canindé e de Sobral. Vale ressaltar que os três primeiros territórios foram selecionados pelo Governo Federal, para uma ação mais abrangente, envolvendo um conjunto bem maior de Ministérios, denominada “Territórios da Cidadania”

A iniciativa de constituição de novos territórios rurais exercitada pelas organizações locais possibilitou o recentemente reconhecimento pelo MDA, dos territórios do Maçico de Baturité e do Cariri. O primeiro a partir da estruturação do Conselho de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento (Consad), uma institucionalidade impulsionada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e o segundo por integrar a Meso-região da Chapada do Araripe, uma iniciativa do Ministério da Integração Nacional.

No processo de elaboração do PDRS, a vontade política de outros agrupamentos de municípios de se constituírem em territórios rurais foi expressa de forma muito clara, reforçando iniciativas canalizadas anteriormente para o CEDR. O Governo Estadual, por outro lado, através do Ipece, elaborou um estudo e uma proposta para uma nova regionalização para o Ceará, com vistas à racionalização administrativa do Estado e à elaboração do Plano Plurianual (PPA), participativo e regionalizado.

Reforçando todas estas iniciativas, no Encontro Estadual para validação das propostas do PDRS, houve um momento muito expressivo de aprofundamento do tema pelo Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial do MDA e pelo Secretário do Desenvolvimento Agrário do Ceará, seguido de debate com os participantes do Encontro.

A concepção e a metodologia da Política Nacional de Territórios Rurais foram reafirmadas como de fundamental importância para o desenvolvimento rural sustentável do Ceará. Em decorrência desses entendimentos, o Governo Estadual, através da SDA e a SDT/MDA reafirmaram a parceria já estabelecida e anunciaram a decisão de promover a territorialização de todo espaço geográfico cearense.

Neste sentido, uma comissão de delegados das diversas regiões do Estado delineou 06 (seis) novos agrupamentos de municípios para que se inicie a implementação da metodologia desenvolvida pela SDT/MDA, conhecida como “território de identidade”. São eles Centro-Sul, Baixo Jaguaribe, Litoral Leste, Extremo Oeste, Metropolitano e Ibiapaba.

Assim, tem-se como ponto de partida uma subdivisão do Estado do Ceará em prováveis 13 (treze) territórios rurais, (Anexo V), cabendo a cada município, através da participação ativa das comunidades rurais, das suas diversas instituições públicas, organizações da sociedade civil e instâncias de concertação, discutir e definir com qual agrupamento o município tem maior identidade. O início desse debate ocorrerá concomitantemente à mobilização para realização do processo preparatório da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que iniciou em novembro de 2007 e estenderá até junho de 2008.

6.2. Descentralização do Sistema Estadual de Agricultura

A estrutura de gestão social das políticas públicas do Estado brasileiro vem sendo gradativamente descentralizada, tendo como referência básica o Sistema Único de Saúde (SUS). No setor agrícola essa discussão ainda é recente e muito ainda precisa ser construído.

No Ceará, o Secretário do Desenvolvimento Agrário tomou para si a responsabilidade de liderar o macro-processo de descentralização, a partir da idéia-força de ampliação do Sistema Estadual de Agricultura – SEA. Atualmente este é composto pela SDA, que encabeça o sistema, contando com o CEDR, instância superior de assessoramento e concertação de interesses e quatro instituições vinculadas: a Ematerce, o Idace, a Ceasa e a Adagri, contando ainda com o apoio de uma organização social, o Instituto Agropolos.

A proposta de ampliação consiste em integrar as Secretarias Municipais de Agricultura ou congêneres existentes, atualmente em torno 110, e incentivar a criação deste tipo de institucionalidade nos pouco mais de 70 municípios que não contam com nenhum órgão municipal para a execução das ações de fomento à agricultura e de apoio ao desenvolvimento rural sustentável. Neste processo, cabe destacar o papel fundamental a ser desempenhado pelo Comdetec, associação civil que reúne os secretários desta área, bem como articular as novas institucionalidades territoriais que estão sendo criadas, constituindo-se um nível intermediário entre o âmbito estadual e municipal.

Este macroprocesso se conecta com o anterior através da revitalização, ampliação e fortalecimento institucional das instâncias de concertação e controle social do novo SEA e da continuidade ou retomada do processo de planejamento participativo nos diversos níveis do sistema.

No âmbito estadual o CEDR é a instância de concertação e controle social e os instrumentos de planejamento são o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) e o Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF). No plano dos territórios, os Conselhos de Desenvolvimento Territorial (CDT) em estruturação, são as instâncias de concertação e controle social e os instrumentos de planejamento são os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e os Planos Safra Territoriais (PST), alguns em fase de conclusão da elaboração e outros ainda por serem elaborados.

Por fim, no nível municipal, a revitalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) ou dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e a articulação com os níveis superiores, reveste-se de fundamental importância para fortalecer o SEA.

Completa esta ação a retomada do planejamento municipal, uma experiência já trabalhada em muitos municípios, com resultados muito variáveis, mas que agora deve ser realizado em um novo contexto, o de descentralização do próprio SEA. A elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) e dos

Planos Safra Municipais (PSM) completam este esforço de descentralização planejada. Este conjunto de instâncias e instrumentos pode ser visualizado no diagrama a seguir:

Nível de Estruturação do SEA

Estado	Território	Município
Instância de Concertação e Controle Social		
CEDR	CDT	CMDS CMDR
Instrumentos de Planejamento		
PDRS	PTDRS	PMDRS
PSE	PST	PSM

Outra iniciativa de suma importância em relação a este macroprocesso é a realização das conferências preparatórias para a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS). Esta fase preparatória ocorreu nos territórios e demais agrupamentos de municípios em processo de territorialização, culminando com um evento estadual, para consolidação da análise e das proposições, bem como para a escolha dos delegados do Ceará para a I CNDRSS.

De acordo com o documento base desta etapa preparatória, *“Não se trata de inaugurar a construção de um projeto nacional, pois partimos de um rico e diversificado acúmulo político e organizativo dos diversos movimentos sociais, de uma rica e ainda recente experiência de construção de territórios rurais, de seus colegiados e planos de desenvolvimento e da existência de um conjunto de políticas públicas capazes de impulsionar as mudanças necessárias. O desafio é valorizar todo esse acúmulo de experiências organizativas, de iniciativas produtivas e de inovações nas políticas que já fazem parte do meio rural contemporâneo para produzir uma agenda estratégica e, por fim, um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.”* (MDA/Condraf 2007)

No macroprocesso “descentralização” destaca-se também pela sua importância, a regulamentação efetuada pelo Presidente da República através do Decreto Nº 5.741 de 30/03/2006, da Lei Nº 9712/98 que criou o Sistema Único de Atenção à Sanidade Animal (Suasa). Esta é uma iniciativa voltada para a qualificação dos produtos da agricultura familiar, dentro de condições legais bem mais favoráveis do que o marco legal anteriormente existente, que efetiva e concretiza a descentralização em um campo muito sensível do desenvolvimento rural.

6.3. Redefinição e Aprimoramento do Marco Legal e Regulatório

A consolidação de uma nova dinâmica de desenvolvimento rural no Ceará, alicerçada na agricultura familiar necessita de um ambiente institucional adequado e para isto se faz necessário à redefinição e o aprimoramento do marco legal e regulatório. Este é considerado o terceiro macroprocesso estruturante das transformações almejadas neste novo contexto político.

Este macroprocesso já está em curso e fazem parte dele as seguintes medidas: i) extinção do Fundo de Desenvolvimento do Agronegócio (FDA), com a concomitante criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF), ii) criação da Lei de Regulamentação e Certificação dos Produtos da Agricultura Familiar e iii) Lei de Tratamento Tributário Diferenciado da Agricultura Familiar.

6.4. Construção da Estratégia Operacional para a Transição Agroecológica e o Fortalecimento da Socioeconomia Solidária no Campo

Para a efetivação das 40 (quarenta) ações regionalmente priorizadas e agrupadas nos eixos programáticos, necessário se faz a construção de uma estratégia operacional fundamentada nas concepções e práticas da agroecologia e da socioeconomia solidária que se constitui no quarto macroprocesso estruturante da nova dinâmica de desenvolvimento rural do Ceará.

Neste sentido, a SDA elaborou uma proposta inicial para ser trabalhada como piloto, no âmbito do Programa Oleaginosas do Ceará para a Produção de Biodiesel. Esta proposta serviu de referência para o documento “Estratégia Operacional para a Transição Agroecológica e o Fortalecimento da Socioeconomia Solidária” que deverá ser discutido por todos os parceiros envolvidos na construção do PDRS através do CEDR, instância responsável pela organização e consolidação de todas as contribuições, com vistas à aprovação da sua redação final.

6.5. Elementos para construção de uma Política de Gestão e Controle Social do PDRS

Os elementos a seguir relacionados, construídos durante o Encontro Estadual pelo conjunto dos participantes, delineiam os caminhos a serem aprofundados, na perspectiva de construção desse quinto macroprocesso em que se assenta a nova dinâmica de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ceará:

- Acompanhar a execução das ações desenvolvidas pelo PDRS através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS);
- Disponibilizar o PPA na internet;
- Fortalecer o CEDR para que possa atuar na formação, reestruturação e qualificação dos CMDS;
- Fortalecer e empoderar os CMDS/CIAT (Comissão de Instalação de Atividades Territoriais – Comitê Gestor), ampliando as suas competências;
- Acompanhar e fiscalizar através do conselho territorial com representantes do CMDS, fórum dos secretários municipais e participação efetiva dos delegados do PDRS, revendo sua composição com representação paritária entre os sindicatos/movimentos sociais/governo/pastorais sociais;
- Discutir uma forma de efetivação dos delegados do PDRS;
- Orçamento participativo;
- Realizar seminários/Fóruns periódicos de planejamento estratégico, para avaliação das metas no território com a participação das três esferas governamentais, ONG, entidades associativas, sindicatos, movimentos sociais e igrejas;
- Democratizar o acesso às informações, transparência de aplicação dos recursos públicos, com divulgação pelos meios de comunicação, internet, e garantir representante por território no CEDR e outros conselhos;
- Criar e fortalecer os colegiados gestores territoriais e municipais. (Conselho de Desenvolvimento Territorial - CDT, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR Comissão de Instalações das Ações Territoriais -CIAT);
- Fortalecer os fóruns dos secretários municipais de agricultura;
- Fortalecer os fóruns dos assentados;
- Garantir a representação dos territórios nos Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural;
- Viabilizar o acompanhamento pelos territórios das ações definidas no plano de desenvolvimento participativo;
- Criar um mecanismo de comunicação sistemática da Secretaria do Desenvolvimento Agrário com os municípios (Delegados(as) e Secretários(as));
- Criar mecanismos de capacitação continuada para os conselhos municipais existentes.
- Criar conselhos estadual e territoriais de acompanhamento e monitoramento analisando os indicadores das propostas e ações do plano de governo;
- Criar Fóruns territoriais semestrais de avaliação/monitoramento das políticas prioritárias para a região com a participação dos movimentos sociais, dos delegados que participaram da elaboração do PDRS,

dos Secretários Municipais de Agricultura e organizações governamentais e não governamentais para acompanhar melhor a implantação e execução do plano;

- Criar uma rede entre os atores sociais que compõem os Fóruns para possibilitar a troca de experiências e o fortalecimento da intervenção qualificada no processo de execução e acompanhamento das ações do PDRS;
- Criar Fórum no sentido de ver as ações conjuntas para encontrar soluções nas áreas da união em todos os níveis, com os seguintes órgãos: SPU; Marinha; IBAMA; DNOCS; INCRA; IDACE; SEMACE; IPHAN; FUNAI; COGERH; SRH; entre outros.



FOTO: ARQUIVO MDA.

7. PRINCIPAIS METAS 2008-2011*

META I – Universalizar às famílias agricultoras de base familiar, a assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização:

- Assistência técnica a 40 mil agricultores (as) familiares em práticas conservacionistas.
- Classificação de 3.448 toneladas de produtos vegetais.
- Assistência técnica 55.000 agricultores (as) familiares nas culturas oleaginosas – mamona e girassol.
- 364 mil agricultores (as) beneficiados com a distribuição de sementes e mudas.
- Assistência técnica a 375 mil agricultores (as) de base familiar com crédito do PRONAF.
- Apoio a 1,2 milhões de agricultores (as) familiares com o Garantia Safra.
- Assistência técnica a 17.500 produtores de ovinocaprinocultura.
- Assistência técnica a 5.600 produtores de bovinocultura.
- Realização de 14.000 fiscalizações sanitárias em produtos de origem animal e vegetal.

META II – Democratizar o acesso à terra e promover o desenvolvimento agrário:

- Realização de 690 Planos de Recuperação de Assentamentos.
- Realização de 431 Planos de Desenvolvimento de Assentamentos.
- Atendimento a 5.680 famílias em reassentamentos de atingidos por obras públicas no meio rural.
- Reassentamento de 732 famílias.
- Atendimento a 2.800 famílias para o acesso a terra com o apoio do Programa Nacional do Crédito Fundiário.
- Reordenamento de 1.000 minifúndios.
- Regularização de 60.000 imóveis rurais.
- Cadastramento técnico de 120.000 imóveis rurais.

META III – Implementar a abordagem territorial como enfoque para o desenvolvimento rural sustentável e solidário:

- Reforçar os 3 Territórios da Cidadania existentes.
- Apoiar os 4 Territórios Rurais existentes.

- Implementar a abordagem territorial nos 6 espaços rurais indicados no Encontro Estadual de construção participativa do PDRS, com vistas a futura conformação dos territórios rurais cearenses.
- 1.113 subprojetos de abastecimento de água.
- 6 subprojetos de eletrificação rural.
- 31.925 famílias atendidas em infra-estrutura básica e hidroagrícola.

META IV – Fomentar a produção, o beneficiamento e a justa comercialização dos produtos da agricultura familiar:

- 542 subprojetos produtivos.
- Peixamento de 800 açudes e barragens.
- Comercialização de 1.750 toneladas de hortifrutigranjeiros, através das centrais de abastecimento.
- Realização de 131 feiras e exposições agropecuárias.

META V – Garantir segurança alimentar e nutricional:

- 363.636 pessoas beneficiadas com o Programa Leite Fome Zero

META VI – Garantir a igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia para o desenvolvimento com inclusão social:

- 131 subprojetos sociais.
- 600 famílias atendidas com planos de apoio à regularização de terras quilombolas.

META VII – Garantir educação, arte e cultura para a cidadania:

- 800 Arcas das letras distribuídas em assentamento e comunidades rurais.
- 7 Escolas Agrícolas reativadas em parceria com a SEDUC.
- 3 Centros Rurais de Inclusão Digital – CRID implantados.
- 1 Escola Família Agrícola apoiada.

META VIII – Desenvolvimento Institucional

- Ampliação do quadro de pessoal do Sistema Estadual de Agricultura considerando a relação de 1 técnico para 100 famílias e a descentralização das ações de ATER.
- Reestruturação de forma participativa do plano de cargo e carreira para que o servidor compreenda a sua função social e seja reconhecido pelo papel que desempenha na sociedade.
- Elaboração do Plano Estadual de Formação Humana e Qualificação Profissional.
- Estruturação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelo Sistema Estadual de Agricultura.
- Modernização da gestão pública com a reforma da infra-estrutura contemplando adaptações das instalações físicas, aquisição de equipamentos e veículos, com ênfase na ampliação e modernização da tecnologia da informação objetivando atender as necessidades resultantes da nova missão concebida para a SDA e suas vinculadas.

() Metas acumuladas no período.*

8. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O processo que constrói o Desenvolvimento Institucional tem como base o aperfeiçoamento das articulações internas e externas da Instituição que pretende alcançá-lo, portanto requer um olhar para dentro e para fora da mesma.

Olhar para fora é ter a capacidade de perceber, o que implica em saber ouvir e compreender que não está só e que está a serviço da sociedade. Compreender que não está só impõe a percepção da necessidade de parceria e isto só será possível quando a ação institucional estiver focada no que a sociedade demanda, sendo necessário, portanto, garantir a participação popular nos processos de tomada de decisões. Para isso, faz-se necessário estabelecer uma permanente aproximação com as instituições em nível federal, estadual e, municipal e com todas as organizações da sociedade civil, seja com atuação local ou territorial.

Olhar para dentro significa compreender os requerimentos que se impõem para que sua atuação possa efetivamente contribuir com as transformações desejadas, tendo como referência a realidade percebida do que acontece lá fora.

Em 2007, sob a coordenação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, foi iniciada a primeira parte do processo permanente de construção coletiva na perspectiva do desenvolvimento institucional do Sistema Estadual de Agricultura e, de forma incipiente foram apontadas as ações no sentido de implementar a segunda parte, que consiste em identificar suas necessidades materiais e humanas para que as intervenções implementadas pelo Sistema possam causar os impactos desejados pela sociedade.

Há a certeza de que é necessário investir na ampliação do quadro de servidores e na formação dos mesmos na perspectiva de consolidar na cultura institucional do Sistema Estadual de Agricultura, a compreensão cada vez maior da sua função social.

ANEXO I: Princípios e Conceitos Básicos que orientaram o PDRS

Ações Prioritárias: conjunto de ações necessárias para atingir os objetivos estratégicos, definidas pelos participantes das oficinas regionais a partir da pergunta orientadora “considerando as dificuldades enfrentadas na região, quais ações prioritárias podem garantir melhoria na qualidade de vida, uma sociedade justa e solidária e desenvolvimento rural sustentável?”.

Agroecologia: Segundo Miguel Altieri, a agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, estuda a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Para Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico, dará lugar a construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica, cujas etapas estão sintetizadas a seguir: i) redução e racionalização do uso de insumos químicos; ii) substituição de insumos químicos por outros de origem biológica; iii) manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos; e iv) condições mais amplas a serem construídas pela sociedade e pelo Estado, tais como a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e infra-estrutura, as mudanças institucionais no ensino, pesquisa e extensão, a formulação de políticas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental.

Agricultura Familiar: A Lei nº. 11.326 sancionada pelo Presidente da República em 24/07/06, estabelece que agricultor familiar e empreendedor familiar rural são aqueles que trabalham no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: i) não detenha a qualquer título área maior do que quatro módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Área Estratégica: consiste no agrupamento de objetivos relacionado a um mesmo assunto ou com uma relação de causa e efeito muito fortes.

Desenvolvimento Rural Sustentável: O desenvolvimento sustentável é um “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e com a solidariedade entre as gerações” (Buarque, 1994). Nesta abordagem multidimensional, entende-se como desenvolvimento rural a extensão do conceito de desenvolvimento, porém referido a um processo que possibilita a melhoria contínua da qualidade de vida da população rural.

Missão: É a razão de ser de uma organização. É a definição do propósito principal da sua existência.

Participação popular: compreende a ampliação dos espaços de interlocução e acesso dos diversos segmentos da sociedade às instâncias de tomada de decisões, no âmbito do poder estadual. Pretende-se que a participação seja permanente em todo o ciclo de gestão do PPA, dos orçamentos anuais e do PDRS como instrumento de interação Estado e sociedade, para aperfeiçoamento das políticas públicas;

Objetivos Estratégicos: são afirmativas concisas que expressam quais são os desafios que a organização deverá superar para realizar a sua visão de futuro e missão.

Socioeconomia Solidária: tem como núcleo a solidariedade, gera inclusão, tem compromisso com o processo de desenvolvimento sustentável e busca fortalecimento de parcerias e criação de redes que possibilitem relações internas igualitárias e democráticas e a inserção no mercado de forma a conquistar um preço justo para seus produtos.

Território: é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA).

Visão de Futuro: declaração resumida de como a organização quer estar posicionada em uma data futura predeterminada.

ANEXO II – Número de Participantes e Municípios presentes nas Oficinas de Construção Participativa do PDRS – 2008/2011

CENTRO SUL

Data/ Local: 10/05/07 – CSU – Iguatu/ CE

Nº de participantes: 86 (oitenta e seis)

Municípios representados: Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Ico, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Quixelô, Saboeiro, Umari e Várzea Alegre. (15 municípios)

CARIRI

Data/ Local: 11/05/07 – Centro de Expansão – Crato/ CE

Nº de Participantes: 127 (cento e vinte e sete)

Municípios representados: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barro, Barbalha, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre (*). (27 municípios)

SERTÃO CENTRAL

Data/ Local: 15/05/07 – Universidade Católica – Quixadá/CE

Nº de participantes: 104 (cento e quatro)

Municípios representados: Banabuiú, Boa Viagem, Caridade, Choró, Dep. Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Itatira, Madalena, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Santa Quitéria, Senador Pompeu e Solonopole. (18 municípios)

MACIÇO DE BATURITÉ

Data/ Local: 16/05/07 – Colégio das Irmãs – Av. Dom Bosco, 310 – Baturité/CE

Número de participantes: 129 (cento e vinte e nove)

Municípios representados: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungú, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. (13 municípios)

LITORAL LESTE/JAGUARIBE

Data/ Local: 17/05/07 – CENTEC – Limoeiro do Norte/ CE

Nº de Participantes: 137 (cento e trinta e sete)

Municípios representados: Alto Santo, Aracati, Beberibe, Cascavel, Ererê, Fortim, Icapui, Iracema, Itaíçaba, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Pereiro, Pindoretama, Potiretama, Quixerê, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. (21)

SERTÕES DOS INHAMUNS/CRATEÚS

Data/ Local: 18/05/07 – CREDE 13 – Crateús/CE

Nº de Participantes: 96 (noventa e seis)

Municípios representados: Aiubá, Ararendá, Arneiroz, Catunda, Crateús, Independência, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Parambú, Poranga, Quiterianópolis, Santa Quitéria (*), Tamboril e Tauá. (15 municípios)

LITORAL OESTE

Data: 24/05/07 – CETREDI – Itapipoca/CE

Nº de participantes: 121 (cento e vinte e um)

Municípios representados: Acaraú, Amontada, Apuiarés, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, General Sampaio, Granja, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Jijoca, Marco, Martinópole, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama e Uruoca. (27 municípios)

METROPOLITANA DE FORTALEZA

Data/ Local: 25/05/07 – Centro de Arte, Educação e Cultura – Guaiuba/CE.

Número de participantes: 196 (cento e noventa e seis)

Municípios representados: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru e São Gonçalo do Amarante (*). (14 municípios)

NORTE

Data/ Local: 30/05/07 – UVA – Sobral/ CE

Número de Participantes: 55 (cinquenta e cinco)

Municípios representados: Cariré, Coreaú, Forquilha, Massapé, Moraújo, Mucambo, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú e Sobral. (10 municípios)

IBIAPABA

Data/ Local: 01/06/07 – Centro Missionário São José – Tianguá/ CE

Número de participantes: 91 (noventa e um)

Municípios representados: Croata, Frecheirinha, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipú, São Benedito, Sobral (*), Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. (10 municípios)

(*) municípios que participaram de mais de uma oficina.

ANEXO III - Ações priorizadas por Macrorregião de Planejamento do Estado na perspectiva da Sociedade.

SERTÃO CENTRAL

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - APOIO À PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Prioridade	Ação
1	Criar incentivos fiscais para os produtores que cultivam ecologicamente correto e destinar a revenda nos galpões da agricultura familiar;
2	Assegurar e garantir a distribuição e produção de sementes de qualidade e locais (crioulas);
5	Incluir na grade curricular no ensino fundamental temas transversais com assuntos voltados à agricultura familiar;
11	Trabalhar o Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – SECAFES;
12	Adotar a compra de produtos da agricultura familiar para merenda escolar;

ÁREA ESTRATÉGICA 2 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

Prioridade	Ação
3	Buscar uma política nas esferas Estadual e Federal para solucionar todas as pendências dos assentamentos adquiridos junto ao Banco da Terra, Cédula da Terra, Crédito Fundiário;
6	Criar e democratizar uma política pública de geração de renda, voltada para os jovens e mulheres da agricultura familiar buscando fundos no FECOP, projeto São José e outros;
14	Regularizar, Titular e Registrar, todas as terras pertencentes a agricultura familiar do Estado do Ceará;
13	Reformular e acelerar os critérios de acesso a terra, através dos processos de desapropriação;

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
4	Estimular e apoiar a produção de mudas de essências florestais nativas com fim de recuperação das matas ciliares e arborização dos centros urbano;
7	Organizar cadeias produtivas do leite, mel, ovinocaprino, caju, frutas, mandioca e hortaliças, na região;
8	Acelerar a implementação do P1MC e ampliar a construção de cisternas de placas através de uma política estadual;

LITORAL LESTE/JAGUARIBE

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - APOIO À PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Prioridade	Ação
6	Criar e/ou sancionar uma lei de incentivo aos agricultores familiares com áreas irrigadas de até 10 hectares, estabelecendo um horário reservado de tempo integral;
9	Construir e melhorar as estradas para o escoamento da produção de agricultores familiares;
10	Dotar as unidades familiares com infra-estrutura comum e social;
11	Incentivar a recuperação das matas ciliares do rio Jaguaribe;
19	Capacitar técnicos e agricultores familiares como foco na agroecologia e socioeconomia solidária para atender a demanda do desenvolvimento rural sustentável;

ÁREA ESTRATÉGICA 2 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

Prioridade	Ação
1	Implementar, com urgência, o programa de regularização fundiária e titulação;
5	Rever os tetos de financiamento para a aquisição da terra;
7	Destinar recursos de programas especiais como São José, FECOP, Luz para Todos, Crédito do BNDES, PRONAF, aproveitamentos de canais públicos para estruturação das propriedades da agricultura familiar;
8	Liberar o acesso a água de domínio público, a agricultura familiar;
12	Criar um grupo interinstitucional, ágil, para propor a implantação de medidas que torne o programa Crédito Fundiário menos burocrático e moroso;
13	Igualar as políticas de investimentos, dadas aos assentamentos federais e estaduais;
14	Conscientizar as famílias da agricultura familiar quanto a educação no campo;

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
2	Criar tarifa específica de energia elétrica para agricultura familiar;
3	Promover campanhas, seminários e cursos para a população rural visando a divulgação dos processos produtivos com base agroecológica;

15	Oferecer capacitação a jovens que vivam no meio rural objetivando sua inclusão no processo produtivo através: PRONAF Jovem, Reforma Agrária, estimulando e viabilizando permanência no campo;
20	Criar estruturas regionais visando estimular, facilitar e viabilizar a comercialização dos produtos de base familiar;

ÁREA ESTRATÉGICA 4 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
4	Adequar o curriculum escolar a realidade rural;
16	Criar política agrícola para minimizar o êxodo rural;
17	Criar e fortalecer as secretarias municipais de agricultura;
18	Criar incentivos para a produção de produtos da Agricultura familiar Agroecológicos;

METROPOLITANA DE FORTALEZA

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - APOIO À PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Prioridade	Ação
4	Criar um centro de pesquisa aplicada, com base nos princípios da agroecologia que atenda as demandas da região metropolitana;
8	Criar mecanismos para desburocratizar e agilizar o processo de compra dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar (verificar o exemplo de Santana do Acaraú);
20	Desenvolver um amplo programa de formação e capacitação continuada, com base nos princípios da agroecologia envolvendo os parceiros da região.
17	Subsidiar o crédito da agricultura familiar;
18	Melhorar a produção e produtividade da agricultura familiar, baseado no enfoque da agroecologia com garantia de preço mínimo e venda local no próprio município;
16	Ampliar o quadro de assistência técnica (Prefeitura e Estado), comprometido com o homem do campo;

ÁREA ESTRATÉGICA 2 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

Prioridade	Ação
15	Demarcar, titular e regularizar o território dos povos rurais e quilombolas;
13	Conceder terras das bacias hidrográficas dos açudes públicos para que seja explorado pela agricultura familiar (pequeno agricultor), respeitando a legislação ambiental;
11	Atender e Consolidar os projetos já existentes com fundos do FECOP, Projeto são José e outros;
2	Capacitar às comunidades rurais para gestão de recursos liberados;

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
09	Propor a inserção de conteúdo de convivência com o semi-árido na grade curricular a partir do ensino fundamental;
10	Capacitar os agricultores em técnicas de beneficiamento e conservação da produção de forma a evitar o desperdício, agregar valor aos produtos e aumentar a disponibilidade de produtos regionais na merenda escolar;
03	Criar tarifa diferenciada de energia elétrica visando à redução dos custos de produção da agricultura familiar;
06	Ampliar e desburocratizar os recursos da CONAB para aquisição dos produtos da agricultura familiar;
01	Incentivar a produção e a comercialização artesanal no meio rural, indígena e quilombolas e reciclagem;

ÁREA ESTRATÉGICA 4 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
07	Revitalizar a EMATERCE;
12	Criar projetos de capacitação continuada dos produtores rurais, nos aspectos: Produção e Gestão;

14	Sugerir a inserção da disciplina “Educação Ambiental, nos currículos da escolas municipais;
19	Incentivar a compra dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar;
05	Capacitar as mulheres e jovens rurais, quilombolas e indígenas nas atividades de beneficiamento dos produtos agropecuários;

BATURITÉ

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - APOIO À PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Prioridade	Ação
3	Implantação do Centro de Referência da agropecuária com foco na agroecologia do Maciço de Baturité: Desenvolvimento de tecnologias sustentáveis formação e capacitação do capital humano; laboratório de análise de solo e água; elo de integração (Universidade e instituição de pesquisa, etc) de ensino, pesquisa e extensão; assessoria de mercado e gestão; (Adequar aos princípios do projeto do centro agropecuário);
4	Pavimentação de estrada no percurso Baturité/Ocara;
8	Criar um fundo estadual para agricultura familiar com participação de 5% do fundo de participação do estado, 5% do fundo de participação do município;
5	Aquisição pelo estado e município do território dos alimentos de origem de agricultura familiar produzidos para serem utilizados em programas na merenda escolar e outros;
6	Apoiar organizações dos agricultores familiares e estruturar cooperativas visando o acesso ao crédito e a comercialização;
7	Implantar sistema de abastecimento de água potável nas comunidades rurais do Maciço de Baturité;
9	Reestruturar e ampliar o programa de ATER (assistência técnica);
10	Implantar um colégio agrícola na região do Maciço de Baturité;
16	Recuperar matas ciliares e nascentes dos rios locais, preferencialmente com árvores frutíferas;

ÁREA ESTRATÉGICA 2 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

Prioridade	Ação
1	Capacitar e conscientizar o agricultor quanto à utilização de defensivos naturais nas propriedades de agricultura familiar;

2	Reconhecer a região de Baturite como território, ou seja, criação do território regional do maciço de Baturite pela secretaria de desenvolvimento territorial (SDT);
11	Criar um banco de dados dos assentamentos federais, estaduais, cédula da terra, crédito fundiário, reforma agrária solidária, e de todas as associações da agricultura familiar com suas respectivas potencialidades, de modo a promover a geração de emprego e renda e inclusão social;
17	Adequar as instituições existentes na regional para elaboração de projetos especiais:PSJ, FECOP.
18	Promover seminários para harmonizar conceitos de agroecologia e definir o que seriam práticas agrícolas ecologicamente corretas;

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
12	Criar escolas com foco na agroecologia para a agricultura familiar com base na educação do campo (Baseado no exemplo de outros municípios e Tauá);
19	Criar linhas de créditos adaptadas ao acesso e utilização da água armazenada nos reservatórios públicos, para implementação de projetos produtivos pelo agricultor familiar, numa perspectiva agroecológica;
20	Ampliar construção de cisternas do P1MC e P1+2 e inserir o apoio de programas estaduais;

ÁREA ESTRATÉGICA 4 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
13	Criar Centros Regionais de Referência em Agroecologia;
14	Criar casas da agricultura familiar ecológica, para capacitação e produção de defensivos orgânicos e bancos de sementes;
15	Criar linhas de financiamento para a certificação de “comércio justo”;

SERTÃO DOS INHAMUNS

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - APOIO À PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Prioridade	Ação
11	Assegurar o preço mínimo com garantia de compra dos produtos da agricultura familiar
14	Construção de reservatório de águas para consumo humano, animais e irrigação para a produção

ÁREA ESTRATÉGICA 2 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

Prioridade	Ação
12	Aumentar os recursos materiais e humanos dos órgãos que atuam no programa de crédito fundiário;
20	Flexibilizar o valor do teto de financiamento por família para aquisição de terras
19	Plano de assistência técnica direcionado aos assentamentos com ampliação e qualificação dos técnicos;
9	Incluir os assentamentos nos programas de convivência com o semi-árido;
15	Elaborar um plano de recuperação dos assentamentos;

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
2	Ampliar equipes de assistência técnica e extensão rural para o atendimento dos agricultores familiares no território;
8	Propor na reestruturação do modelo de educação do campo no estado, a inclusão de cursos de formação profissionalizante
18	Propor a implementação de conteúdos técnicos com foco na agroecologia, na grade curricular do ensino médio;
7	Implantar projetos escola segundo tempo profissionalizante rural, que ao final deste os jovens tivessem acesso a terra e ao crédito para que permanecesse no campo
17	Adotar no sistema estadual de agricultura os fundamentos da agroecologia como base técnica de concepção e implementação de projetos produtivos para agricultura familiar;
4	Construção de pequenos açudes, barragens subterrâneas, poços profundos e de aluviões, como forma de viabilizar o abastecimento e o setor produtivo nas comunidades de agricultura familiar;

1	Acelerar o processo de reforma agrária estadual de forma a facilitar o acesso a terra e a viabilização dos processos produtivos aos agricultores de base familiar que não possuem terra;
---	--

ÁREA ESTRATÉGICA 4 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
3	Capacitação contínua dos profissionais em educação e introdução de disciplinas afins na grade curricular em educação contextualizada; Investimento nos projetos produtivos nas áreas de caprinocultura, ovinocultura, avicultura e horticultura;
10	Investimento nos projetos produtivos nas áreas de caprinocultura, ovinocultura, avicultura e horticultura;
13	Melhorar os programas de educação e alfabetização com metodologias voltadas para a família do campo que tivesse suporte de outras áreas (saúde, informações técnicas, incentivo às culturas locais, ações coletivas, ambientais e etc);
6	Criar um programa de apoio e estruturação de cooperativas (Produção, comercialização e credito), para a agricultura familiar;
5	Melhorar o modelo de inclusão social existente e garantir a participação dos jovens e das mulheres;
16	Ampliar o número de escolas de ensino fundamental e médio nas localidades rurais e conseguir transporte digno para conduzir os alunos (ônibus);

LITORAL OESTE

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - APOIO À PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Prioridade	Ação
1	Fortalecer e incentivar técnicas de convivência com o semi-árido (captação in situ, plantio direto, agricultura orgânica, cisternas de placa, barragens subterrâneas e sucessivas, etc);
2	Fortalecer e apoiar as escolas agrícolas do território (Granja e Umirim);
3	Incentivar atividades de piscicultura e agricultura irrigada voltadas para a agricultura familiar;
7	Fortalecer a assistência técnica em quantidade e qualidade, garantindo também a assistência técnica continuada para os agricultores familiares de assentamentos;

11	Criar mecanismos que possibilitem a inclusão dos produtos oriundos da agricultura familiar na merenda escolar;
16	Criar um centro de comercialização regional dos produtos da agricultura familiar;

ÁREA ESTRATÉGICA 2 - EMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

Prioridade	Ação
4	Demarcar áreas de preservação ambiental em áreas de marinha assentamentos, comunidades e latifúndios;
8	Aumentar os recursos materiais e humanos dos órgãos que atuam no processo de reforma agrária;
12	Regularizar as propriedades exploradas pela agricultura familiar;
17	Melhorar a infra-estrutura básica (água tratada, estradas, energia, etc) nas áreas de assentamento e das comunidades rurais que explora a agricultura familiar;

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
5	Promover políticas diferenciadas de preços de tarifa de energia elétrica e alternativas para a agricultura familiar;
9	Recuperação e revitalização dos rios, lagoas, riachos e áreas degradadas;
10	Adotar os princípios e fundamentos agroecológicos em todo o processo de concepção e implementação de projetos produtivos da agricultura familiar;
13	Aprimorar a política de assistência técnica e extensão rural de forma que possa atender os agricultores familiares com foco no agricultor e não ao produto com os moldes do PNATER;
14	Construir reservatórios (pequenos açudes, barragens subterrâneas, cisternas de placas, poços e adutoras) distribuídos espacialmente no território que garantam o abastecimento de água para consumo e produção;
15	Estruturar regionalmente a Ematerce, Idace e propor a estruturação do Incra e DNOCS, visando a agilização e viabilização dos processos fundiários;

ÁREA ESTRATÉGICA 4 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
6	Incentivar a implementação de Agroindústrias rurais para oferecer ocupação da mão de obra jovem e feminina;
18	Implementar Programa de Capacitação voltado para as vocações regionais visando preparar os participantes para desenvolver suas potencialidades e incentiva-los a criação de seu próprio negócio;
19	Criar Lei estadual que assegure autonomia financeira para as Secretarias Municipais de Agricultura;
20	Criar programa de melhoria das moradias rurais;

SOBRAL/IBIAPABA

ÁREA ESTRATÉGICA 1 - APOIO À PRODUÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Prioridade	Ação
2	Promover assistência técnica efetiva e de qualidade;
4	Desenvolver políticas que visem a realização de feiras da agricultura familiar nos municípios com aptidão;
9	Criar um selo participativo dos produtos da agricultura familiar;
10	Melhorar as estruturas hídricas do estado com a construção de cisternas de placa e adutoras;
12	Capacitar agricultores para a comercialização dos seus produtos e gerenciamento da propriedade rural;
13	Definir e fortalecer políticas “de compras governamentais” (merenda escolar, programas sociais e restaurantes populares);
14	Ampliar programas de apoio à compra de produtos da agricultura familiar (casas de apoio, hospitais, creches, etc);

ÁREA ESTRATÉGICA 2 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA

Prioridade	Ação
3	Capacitar os agricultores quanto à exploração da agroecologia e economia solidária;
17	Agilizar a regularização fundiária da região;
18	Incentivar e ampliar os investimentos voltados para a agroecologia para a agricultura familiar;

ÁREA ESTRATÉGICA 3 - DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
1	Criar programas de capacitação para os jovens rurais para inserir no processo produtivo no campo;
6	Promover cursos de capacitação e profissionalização em parceria com órgãos competentes focados nos fundamentos agroecológicos e de convivência com o semi-árido;
7	Promover a inclusão na grade curricular do ensino básico e profissionalizante no contexto de educação do campo (a exemplo do Projeto AGRINHO);
8	Adequar o calendário regional de vacinação contra a febre aftosa, para os meses de junho e novembro;
11	Propor a ampliação do P1MC e P1+2 e ampliar ação das políticas estaduais na construção de cisternas;
15	Propor a instalação de escolas contextualizadas de educação do campo e profissionalizantes no campo (escola agrotécnicas, e escola família agrícola) inclusão na grade curricular da disciplina de educação ambiental ;
19	Criar compensações (nas tarifas de energia elétrica) para os agricultores familiares que desenvolverem processos produtivos com base na agroecologia;

ÁREA ESTRATÉGICA 4 - GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL

Prioridade	Ação
5	Reativar e implantar Escolas Agrícolas;
16	Implantar o sistema educacional contextualizado no campo, com ensino fundamental, médio e profissionalizante;
20	Criar escolas Agrotécnicas Regionais;

ANEXO IV - Mapa Indicativo dos Territórios Rurais do Estado do Ceará.



ANEXO V – Siglas

- ADAGRI – Agência de Defesa Agropecuária de Estado do Ceará
- APP – Área de Preservação Permanente
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CDT – Colegiado de Desenvolvimento Territorial
- CEASA – Centrais de Abastecimento do Ceará S/A
- CEDR – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
- CIAT – Comissão de Instalação de atividades Territoriais
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
- CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
- COGERH – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
- Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- Consad – Conselho de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
- EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
- FDA – Fundo de Desenvolvimento do Agronegócio
- Fecop – Fundo Estadual de Combate a Pobreza
- FEDAF – Fundo Estadual de Apoio à Agricultura Familiar
- FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDACE – Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
- P1+2 – Programa 1 Terra 2 Águas
- P1MC – Programa 1 Milhão de Cisternas

PDRS – Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável
PIB – Produto Interno Bruto
PMDRS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNUD – Programa das Nações Unidas pra o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
Pronaf – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
PSE – Plano Safra Estadual
PSJ – Projeto São José
PSM – Plano Safra Municipal
PST – Plano Safra Territorial
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDT – Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial
SEA – Sistema Estadual de Agricultura
SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará
SEPLAG – Secretaria do Planejamento e Gestão
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRH – Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
SUASA – Sistema Único de Atenção à Sanidade Animal
SUS – Sistema Único de Saúde

EQUIPES DIRETAMENTE ENVOLVIDAS NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Coordenação:

José Leite Gonçalves Cruz
José Lima Castro Júnior
José Ribeiro da Silva
Maria de Fátima Damasceno Moura Fé
Nizomar Falcão Bezerra

Organização:

Abdias Monteiro Filho
Antônio José Praciano Sampaio
Antônio Sinval Fonteles
Benício Diógenes da Silva
Cícero Teles Costa Pereira
Fernando Monteiro de Paula
Francisco Adonias de Moraes Sobreira
Francisco Araújo Félix Martins
Francisco Gondim Lóssio da Rocha
Francisco Olegário Guedes Rocha
Francisco Renato de Carvalho
João Gomes Assunção
José Adail Paulino de Brito
José Dias Ferreira
José Mauro Alves Nogueira
Lucia de Fátima Muniz Leitão
Onésimo Pereira Lima
Reginaldo Carvalho da C. Moreira

Moderação e Facilitação dos Eventos:

Aline Monteiro Torres
Analice Ramos Braga
Fernanda Maria Farias de Aquino
Francisco Ademazinho Ponte Holanda
Francisco Arnoudo Alves (moderador)
Francisco de Assis Mesquita (moderador)
José Diógenes Pessoa
José Ximenes de Farias Júnior
Luciana Ferreira dos Santos
Mardônio Botelho Filho (moderador)
Maria do Socorro Santos Ferreira
Nadir Loiola Dias

Recursos Tecnológicos e Apoio Logístico:

Carlos Sérgio Alcântara de Oliveira
Cristiane Araújo Bezerra
Elizabete Mendonça Guedes de Carvalho
Francisco Pitombeira Neto
Irismar Pontes Custódio
Maria Helena Frota
Maria Iolanda Frota Ponte Canuto
Maria Marcli de Oliveira Araújo
Rosemeire Araújo Moura
Silvio Roberto Andrade Siqueira
Sônia Maria Leandro da Silva
Stephania Teles Gondim Viana

Metodologia, elaboração e redação final:

Eduardo Martins Barbosa - SETAH
Francisco Antônio Lopes Alves
Maria de Fátima Damasceno Moura Fé

Colaboração Especial:

Alda Maria Araújo de Oliveira - SEPLAG
Ana Maria de Carvalho Portela - SEPLAG
Maria Lúcia Rabelo de Andrade - SEPLAG
Paulo Carneiro Leão Mattos – Sinapse de Consultoria
Sofia Beatriz de Pontes Vieira - SEPLAG

Assessoria de Comunicação e Marketing:

Coordenação: Melina Garcia
Redação e edição: Celina Paiva/Jully Jeanne - Assessoras de Imprensa
Criação/Diagramação: Valteny Alecrim

Registro fotográfico do processo de construção participativa do PDRS.

